





REPRESENTATIVIDADE

Em 31/12/2007, a Abrasca conta 180 associados, com valor de mercado de R\$ 1,9 bilhões, representando 78% do total do valor de mercado das 404 empresas listadas na Bovespa.

A Associação se faz representar nas seguintes instituições do mercado de capitais:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Alfried Karl Plöger e Geraldo Toffanello

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

Leonardo Brunet Mendes de Moraes

COMISSÃO DE ABERTURA DE CAPITAL (BOVESPA)

Luiz Serafim Spínola Santos

CONSELHO DE AUTO-REGULAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (ANBID)

Elizabeth Piovezan Benamor e Luiz Serafim Spínola Santos

COMISSÃO CONSULTIVA DE NORMAS CONTÁBEIS (CVM)

Arthur Alexandre dos Santos Filho e Antonio Luiz Sarno

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)

Paulo Maurício Tinoco de Campos e Ana Paula Marques dos Reis

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC)

Antonio D.C. Castro e Eduardo Lucano da Ponte

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY & VENTURE CAPITAL (ABVCAP)

Thomás Tosta de Sá

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (IBRI)

Wilson K. Amarante

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO DE CAPITAIS (CODIM)

Edina Biava e Elizabeth Piovezan Benamor

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)

Luiz Serafim Spínola Santos

BOVESPA SUPERVISÃO DE MERCADOS

Eduardo Lucano da Ponte

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

Maurício Perez Botelho

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Arthur Alexandre dos Santos, Eduardo Nogueira de Carvalho e Wagner Brilhante de Albuquerque

O Relatório Anual da Abrasca se integra ao Anuário Estatístico das Companhias Abertas para demonstrar a sua representatividade no conjunto da economia brasileira, com relação, principalmente, a participação para a formação do PIB, impostos pagos, empregos e investimentos.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2007 foi o quarto consecutivo de resultados *excepcionais* para o mercado brasileiro de ações. As incertezas que marcaram o período quanto ao comportamento da economia norte-americana e, posteriormente, à crise dos créditos *subprime* nos Estados Unidos não conseguiram afetar a tendência positiva do mercado.

O valor captado com as emissões de ações no País alcançou R\$ 75 bilhões, em 76 operações das quais 65 foram em IPOs (ofertas iniciais), o que inclui a abertura de capital da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros. Se considerarmos o total das emissões de dívidas e ações, o mercado de capitais movimentou um total de R\$ 145,2 bilhões, que pode ser comparado ao valor desembolsado, no mesmo ano, pelo BNDES: R\$ 64,9 bilhões.

O valor captado em ações representou nada menos que 141% sobre o ano precedente, quando foram registrados R\$ 31,3 bilhões em captações. Em número de operações, o crescimento atingiu 77%. Quanto aos IPOs, o acréscimo chegou a 146%. Como os anos anteriores formavam uma base também elevada, fica patente o invejável desempenho do mercado nos 12 meses de 2007.

O exame da destinação dos recursos captados com emissões primárias de ações, conforme publicado no Boletim da Anbid (edição 21), também se mostrou animador. Do total, 33,7% foram carreados para atividades operacionais e de infra-estrutura, 22% para capital de giro (o que serve para sustentar o ritmo de aumento da atividade da empresa) e 21,6% para a aquisição de participação acionária, evidência da formação de um novo porte para várias companhias.

Muito importante também é que 51 das emissões se deram no âmbito do Novo Mercado da Bovespa, ou seja, no mais exigente nível de governança corporativa; foram apenas 29 em 2006.

O Brasil viveu, naturalmente, uma conjuntura claramente favorável em 2007, o que sem dúvida foi muito relevante para o excelente desempenho do mercado de capitais. É preciso, contudo, destacar que o intenso e incansável trabalho da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e demais entidades do mercado foi decisivo para o acentuado fortalecimento que se observou no ano e que certamente há de perdurar.

O trabalho conjunto destas entidades conferiu aos negócios com valores mobiliários uma credibilidade e confiabilidade que motivou os investidores, nacionais e estrangeiros, a carrear seus recursos para os títulos de empresas brasileiras, que, assim, puderam financiar o aumento de produção, de forma a atender à demanda e a levar à frente projetos de expansão, criando empregos e renda, em benefício de toda a economia.

Para a Abrasca como entidade, o ano foi particularmente produtivo. Mudou o presidente, dentro do espírito de renovação que faz parte da política de gestão da Abrasca, mas, é claro, sem alterações na linha de defender os melhores interesses de nossas associadas e do mercado de capitais.

No trabalho da entidade em 2007, há muito a ressaltar. Um dos fatos marcantes foi a aprovação, em 28 de dezembro, da Lei 11.638, cuja tramitação durou sete anos. Esta Lei faz importantes modificações na área de demonstrações financeiras da Lei das Sociedades por Ações e na Lei 6.385, de 1976.

A Abrasca contribuiu relevantemente para a formulação da Lei, como, por exemplo, na redação final do artigo que previne o risco do aumento de carga tributária. Trata-se de instrumento que formará a base legal para a agilização do processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. Simultaneamente, a Abrasca manteve-se atuando para alertar as associadas no sentido da neutralidade tributária da Lei 11.638/07 e da intensificação do treinamento interno para a adoção do International Financial Reporting Standards (IFRS).

Ainda nesta área, a entidade é membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela elaboração de normas contábeis, que já editou duas normas. Uma foi a CPC-01,

sobre redução do valor recuperável dos ativos, e a outra, a CPC-02, diz respeito à conversão das demonstrações contábeis. Para 2008, estão na pauta a contabilização de tributos de legalidade contestada; a contabilização de empreendimentos imobiliários; o fluxo de caixa e o DVA.

Uma das mais significativas ações da Abrasca em 2007 foi o lançamento do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes, de maneira a dar às companhias subsídios destinados a facilitar a administração desta sensível questão e gerar maior segurança para os investidores. O manual inclui um termo de compromisso para as associadas que decidem adotar as recomendações nele contidas. Estas empresas recebem, neste caso, um Selo de Qualidade.

Com o Selo, facilita-se a identificação, pelo público, das companhias que seguem as melhores práticas do mercado. Já aderiram ao manual o Banco Itaú Holding Financeira S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., Perdigão S.A., Suzano Petroquímica S.A., Souza Cruz S.A., Sadia S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Totvs S.A., Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Unibanco Holding S.A., Tractebel Energia S.A., Dixie Toga S.A., Duratex S.A., Banco do Brasil S.A., SLC Agrícola S.A. e Energisa S.A.

A Abrasca continuou, em 2007, estudando a questão do acesso e participação dos acionistas em assembleias, tendo em vista o crescente número de empresas com controle pulverizado ou difuso. Muitas delas têm a base de acionistas no exterior, circunstância nova no mundo corporativo brasileiro e que se constitui em desafio para as assembleias que exigem quórum qualificado.

A questão, mais complexa do que se previa, demanda o aprofundamento dos estudos das companhias abertas sobre a realização de assembleias gerais. A Abrasca criou um grupo de trabalho para examinar o tema, que já esboçou algumas sistemáticas para a organização das assembleias e o estabelecimento de procurações. O grupo de trabalho da Abrasca teve a colaboração de entidades como a Abrapp, Amec, Anbid, Andima, Bovespa, CBLC e IBGC. A CVM, que acompanhou os trabalhos do grupo, deu, igualmente, importantes contribuições.

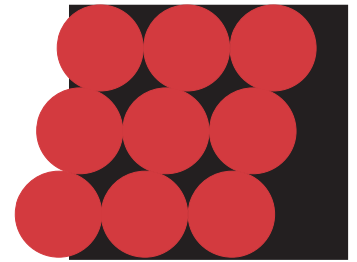
Outro grupo de trabalho foi criado pela Abrasca, desta vez para estudar a criação de um índice imobiliário que reflita o comportamento deste setor, com a participação das empresas abertas que atuam na área. A elaboração de tal índice se faz recomendável, pelo crescimento exponencial da entrada de companhias do setor imobiliário na listagem da Bovespa.

Uma importante frente de atuação em 2007 refere-se à criação de um sistema brasileiro de defesa da concorrência, que efetivamente atenda aos processos de reestruturação empresarial, que hoje se ressentem de sérias dificuldades quando ocorrem fusões e aquisições. A Abrasca fez um documento com sua posição sobre o tema, encaminhado à Secretaria de Direito Econômico e ao Cade. Também estabeleceu atuação conjunta com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), para o acompanhamento legislativo do projeto sobre reestruturação, em tramitação.

Este projeto já passou por modificações que, se aprovadas, podem diminuir a agilidade dos processos e a proteção ao sigilo das informações. A entidade enviou carta ao relator do projeto, apontando a necessidade de introdução do recurso de ofício das decisões do superintendente-geral; de redução da multa máxima de R\$ 2 bilhões para R\$ 5 milhões; e de adoção de um termo de compromisso de cessação sigiloso e sem confissão de culpa.

A Abrasca também se destacou, em 2007, nas gestões contra o abuso da desconsideração da personalidade jurídica, que tem ocorrido no Judiciário. Ela levou sua apreensão ao Comitê Executivo do Plano Diretor do Mercado de Capitais, que a incluiu em seu Plano de Ação e criou um grupo de trabalho específico para estudar o tema.

Entre outras iniciativas, já foi feito um seminário com juízes dos tribunais superiores, em Brasília, e mais dois serão realizados, no Rio e em São Paulo. O grupo de trabalho também fez uma





proposta de substitutivo ao Projeto de Lei que visa disciplinar o procedimento de declaração judicial de desconideração da personalidade jurídica, que será oportunamente encaminhado ao Senado Federal.

Outro assunto que, por iniciativa da Abrasca, vem sendo conduzido pelo Plano Diretor é a eliminação da incidência do PIS/COFINS sobre os juros do capital próprio.

Sempre na defesa da redução da carga tributária e da simplificação dos procedimentos fiscais, a Abrasca passou a participar do grupo de trabalho de criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Tal sistema, entre outras funções, substitui a emissão de livros e documentos contábeis em papel por documentos eletrônicos com certificação digital.

A entidade também enviou correspondência à Receita Federal sobre dois temas que causam grande preocupação nas companhias abertas, que são o controle de acesso às informações das companhias e a padronização do sistema fiscal para todas as esferas públicas, chamando a atenção para o fato de que as informações das companhias abertas devem ser sempre divulgadas de maneira uniforme e equânime para todos os públicos, sem privilégios ou vazamentos, caso em que fica configurada a violação à legislação vigente.

Em 2007, a Abrasca lançou a terceira edição do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, uma ferramenta indispensável para consulta e análise das informações geradas pelas empresas do mercado e que, ano a ano, é enriquecido com novos tipos de dados.

Assim, para 2008 a entidade começou a elaborar vários aperfeiçoamentos e inclusão de mais informações, como valor de mercado, dividendos e outros pagamentos a acionistas, e chamadas de capital. Ela também vai lançar o Prêmio Abrasca de Criação de Valor aos Acionistas. Montará ainda o *site* Companhias Abertas do Brasil. Estas iniciativas começaram a ser desenvolvidas em 2007, para conclusão em 2008.

A Abrasca tem acompanhado, também, com muito interesse, a evolução da Reforma Tributária, que é um dos pontos do programa de trabalho do Plano Diretor do Mercado de Capitais. A Abrasca considera de fundamental importância, para a manutenção do desenvolvimento sustentado das empresas, a redução da carga tributária e a simplificação de procedimentos. Em 2008, a Abrasca estimulará as associadas a enviar sugestões.

Como em 2007, em que organizou encontros e seminários tradicionais e outros que se mostraram necessários para aprofundar a discussão de temas específicos, para 2008 já há eventos sendo preparados. Entre eles, figuram o 10º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, em 2 e 3 de junho, considerado o maior evento da área na América Latina. Em 22 de outubro entregará o 10º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual feito por empresas abertas e fechadas. No dia 28 do mesmo mês, com a Apimec, Bovespa e Ibri, organizará em Nova York, o Brazil Day 2008.

O trabalho realizado pela Abrasca em 2007, em conjunto com as demais entidades do mercado, e que tão bons frutos gerou, terá, portanto, seguimento intensificado em 2008, de maneira a estarmos pelo menos sempre um passo à frente do atendimento às necessidades de um mercado em processo de expansão.

CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2007/2009

CONSELHO DIRETOR

ALDO VINCENZO BERTOLUCCI
Pirelli S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Banco Itaú S.A.

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia Melhoramentos de São Paulo

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

ÁLVARO BRITO BEZERRA DE MELLO
Hotéis Othon S.A.

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

ANTONIO LUIZ PIZZARRO MANSO
Embraer S.A.

AYRTON FURIANI GIRÃO
Conselheiro Honorário

BERNARDO SZPIGEL
Suzano Papel e Celulose S.A.

BRITALDO PEDROSA SOARES
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI
La Fonte Participações S.A.

CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO
Braskem S.A.

DENISE PAULI PAVARINA DE MOURA
Banco Bradesco S.A.

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Souza Cruz S.A.

EMÍLIO SALGADO FILHO
Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A.

EVANDRO CESAR CAMILLO COURA
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

FÁBIO MASCARENHAS ALVES
Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

GABRIEL STOLIAR
Cia Vale do Rio Doce

GERALDO TOFFANELLO
Gerdau S.A.

GERALDO TRAVAGLIA FILHO
Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.

GILBERTO MIFANO
Bovespa Holding S.A.

GILBERTO TAMM BARCELLOS CORREA
Conselheiro Honorário

HELICIO FAJARDO HENRIQUES
Bovespa Holding S.A.

HELMUT BOSSERT
Natura Cosméticos S.A.

ISAC ROFFÉ ZAGURY
Aracruz Celulose S.A.

JEFFREY COPELAND BRANTLY
Monteiro Aranha S.A.

JOAO BATISTA DA CUNHA BOMFIM
Cia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JOÃO MAURICIO GIFFONI CASTRO NEVES
Cia de Bebidas das Américas – Ambev

JOSÉ ALFREDO DE FREITAS
Suzano Petroquímica S.A.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILLIPPO
CPFL Energia S.A.

JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

JOSÉ FERNANDO MONTEIRO ALVES
Conselheiro Honorário

JOSÉ MARCOS TREIGER
Cia Siderúrgica Nacional – CSN

JOSÉ MARIA DE CESARINO
HENRIQUE SOARES
La Fonte Participações S.A.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
Bardella S.A. Indústria Mecânica

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Cia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

LÉLIO LAURETTI
Conselheiro Honorário

LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES FILHO
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga

LEONARDO STERNBERG STARZYNSKI
Cia Melhoramentos de São Paulo

LIBANO MIRANDA BARROSO
TAM S.A.

LUCIANO MÁRIO CLAUDINO
Pirelli S.A.

LUIZ FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES
Acesita S.A.

LUIZ CESAR PIZZOTTI
Suzano Papel e Celulose S.A.

LUIZ FERNANDO A. HALEMBECK
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Adv

LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA
Conselheiro Honorário

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO
Motta, Fernandez Rocha Advogados

LUIZ RODOLFO LANDIM
MMX Mineração & Metálicos S.A.

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Melpaper S.A.

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

MAURÍCIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MAURO MOLCHANSKY
Conselheiro Honorário

MILTON AMILCAR SILVA VARGAS
Banco Bradesco S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSCAR THOMPSON
Telemig S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

OTÁVIO MALUF
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO PENIDO PINTO MARQUES
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

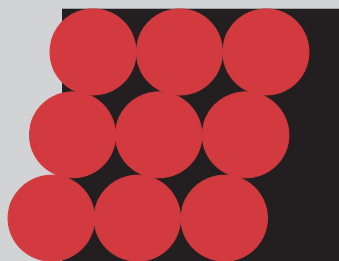
PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO
Duratex S.A.

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
Duratex S.A.

RENÉ DE MEDEIROS MARTINS
Globo Comunicações e Participações S.A.

RENEU ALBERTO RIES
Forjas Taurus S.A.



RICARDO FRÓES ALVES FERREIRA
Cia de Concessões Rodoviárias – CCR

RICARDO LACAZ MARTINS
Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Adv

RICARDO SACRAMENTO
Telemig S.A.

RICHARD FREEMAN LARK JUNIOR
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

ROBERTO CASTELLO BRANCO
Cia Vale do Rio Doce

ROBERTO FALDINI
Conselheiro Honorário

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

SÉRGIO SESIKI
Melpaper S.A.

STEFAN ALEXANDER
Globo Comunicações e Participações S.A.

TARCÍSIO BEUREN
Metalúrgica Gerdau S.A.

THOMAS CORNELIUS AZEVEDO REICHENHEIM
La Fonte Telecom S.A.

THOMAS RICARDO AUERBACH
Dixiê Toga S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Cia de Bebidas das Américas – Ambev

VICTÓRIO FERNANDO BHERING CABRAL
Conselheiro Honorário

WANG WEI CHANG
Perdigão S.A.

WELSON TEIXEIRA JUNIOR
Sadia S.A.

WILSON K. AMARANTE
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

DIRETORIA

PRESIDENTE

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

VICE-PRESIDENTES

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

DIRETORES

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO
Duratex S.A.

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

WANG WEI CHANG
Perdigão S.A.

SUPERINTENDENTE GERAL

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

COMISSÕES TÉCNICAS

COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Presidente em Exercício

COJUR – COMISSÃO JURÍDICA

HENRY SZTUTMANN
Presidente

LUCIANO DEQUECH
Vice-Presidente

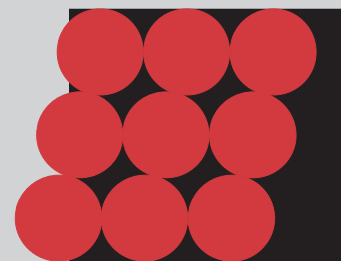
CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS

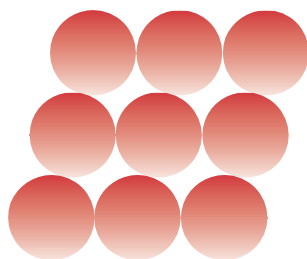
ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
Presidente

ANTONIO LUIZ SARNO
Vice-Presidente

ADESÕES DE ASSOCIADAS

- Banco Indusval S.A.
- Banco Pine S.A.
- Banco Sofisa S.A.
- Bematech Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos S.A.
- Bovespa Holding S.A.
- Brascan Residential Properties S.A.
- Brasil Ecodiesel Ind. Biocombustível. S.A.
- Cremer S.A.
- General Shopping Brasil S.A.
- Inpar S.A.
- JBS S.A.
- João Fortes Engenharia S.A.
- Kroton Educacional S.A.
- Marisa S.A.
- Metalúrgica Riosulense S.A.
- Positivo Informática S.A.
- PPE Fios Esmaltados S.A.
- Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.
- SLC Agrícola S.A.
- Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados
- Tegma Gestão Logística S.A.
- Terco Grant Thornton Auditoria e Consultoria S.A.
- Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados
- Tractebel Energia S.A.
- Usina São Martinho S.A.





ABRASCA CONTRIBUI PARA A CONVERGÊNCIA COM OS PADRÕES CONTÁBEIS INTERNACIONAIS COM NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA: LEI 11.638/07

No dia 28 de dezembro de 2007, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 11.638, que trata da reforma da Lei nº 6.404, Lei das S.A., no que tange à parte contábil e introduz importantes alterações nos procedimentos contábeis prescritos na Lei Societária, ao mesmo tempo que cria condições para acelerar a harmonização de nossas normas com os padrões internacionais.

Foi certamente muito importante a contribuição da Abrasca para o documento agora sancionado.

Essa contribuição ocorreu em diversos momentos e aspectos da lei, mas um deles nos é especialmente relevante ressaltar, por sua importância para as empresas e pelo grande esforço desenvolvido por nossos representantes.

A redação original dada, no PL 3741/00, ao artigo 177 da Lei 6404 foi extensamente analisada pela COJUR – Comissão Jurídica – e pela CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – ambas da Abrasca, que concluíram que, como estava proposto, poderia dar margem para interpretações que acarretassem um aumento de tributos e eventuais autuações e questionamentos judiciais.

Com o objetivo, então, de prevenir a ocorrência desses problemas, foi formulada uma sugestão de alteração para o parágrafo 2º do artigo 177, e a inclusão de um parágrafo 7º, com a seguinte redação:

“Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.”

As sugestões da Abrasca foram aceitas pelo relator do PL na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de Deputados, deputado Armando Monteiro, e aprovadas pela Comissão de Constituição e de Cidadania da Câmara de Deputados, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e pelo plenário do Senado, para, finalmente, merecer a sanção presidencial.

APERFEIÇOAMENTOS NA NORMA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A CVM divulgou a Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, dispendo sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil da IASB – International Accounting Standards Board.

Em resposta à audiência pública da referida Instrução, a Abrasca encaminhou quatro sugestões, após análises feitas pela CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca, a saber:

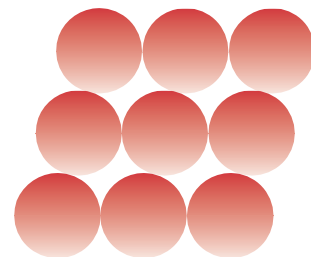
- Indicar no artigo 1º da Instrução que o padrão contábil internacional adotado pelo IASB é o IFRS – International Financial Reporting Standards.
- Permitir que as companhias abertas (que já preparam demonstrações financeiras de acordo com o IFRS para a consolidação de demonstrações financeiras de investidores sediados no mercado europeu, para a divulgação no mercado brasileiro por pertencerem ao novo mercado, ou para efeito de informações gerenciais) possam utilizar, como balanço de abertura, o do exercício imediatamente anterior preparado para esses fins, desde que esse tenha sido auditado por auditores independentes.

Essa permissão evitará que as empresas abertas venham a ter diferentes posições patrimoniais em IFRS, em decorrência do reconhecimento das diferenças de princípios na primeira adoção (*first adoption*).

- Permitir que as companhias abertas, que ainda não preparam demonstrações financeiras de acordo com o IFRS, possam utilizar na sua consolidação o balanço de empresas controladas que já o preparam pelos mesmos motivos e nas mesmas condições mencionadas no item anterior.
- Definir a data inicial de obrigatoriedade de preparação das Informações Trimestrais (ITRs), no tocante à consolidação em IFRS, a partir do primeiro trimestre de 2011, quando o balanço de abertura desse exercício já terá sido preparado.

As quatro sugestões foram aprovadas, tendo recebido comentários favoráveis do professor Eliseu Martins, da FIECAFI e membro do Conselho Consultivo das Normas Contábeis da CVM. Das quatro sugestões, as três primeiras foram aproveitadas imediatamente e incorporadas ao texto final da Instrução.

Com relação à 4ª sugestão, segundo informação da CVM, será considerada mais tarde, quando for feita a revisão da Instrução que trata do ITR.



PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO DO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

A ABRASCA teve atendido, pela Receita Federal, seu pleito de integrar o Grupo de Trabalho do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, organismo composto por representantes de órgãos do governo, autarquias federais, companhias abertas, empresas fechadas e entidades do mercado.

O projeto SPED consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, ou seja, a substituição da emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica.

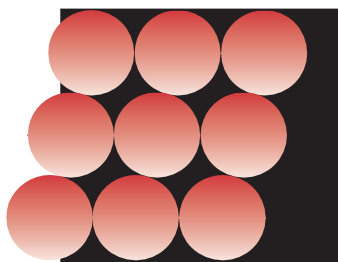
O Grupo de Trabalho foi criado para desenvolver os projetos que compõem o SPED, cujos objetivos visam promover a atuação integrada dos fiscos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes e tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários.

O SPED abrange a Escrituração Contábil Digital, a Escrituração Fiscal Digital, a Escrituração Digital das Instituições Financeiras e a Nota Fiscal Eletrônica. O novo sistema visa promover a atuação integrada entre os fiscos e uniformizar a coleta de dados contábeis e fiscais, bem como racionalizar as obrigações acessórias dos contribuintes.

Foram atingidos dois importantes objetivos da Abrasca em relação ao SPED. O primeiro é que o ato da Receita Federal, publicado no Diário Oficial, prevê o controle de informações das companhias através de senha e *login* para cada agente de órgão fiscalizador e, quando houver fiscalização, haverá o envio de uma notificação prévia à empresa com essa informação. A razão é que as informações contábeis das companhias abertas são consideradas sigilosas até que sejam divulgadas de maneira uniforme e equânime para todos os públicos, sem privilégios. Qualquer vazamento antecipado consiste em violação do artigo 27 D da Lei 6385/76, com redação dada pela Lei 10.303/2001. Daí a importância do controle das informações imputadas ao SPED. O segundo é que a requisição de aumento de informações no sistema para municípios não será acatada no primeiro momento, em 2008, antes será motivo de discussão em um grupo de trabalho criado, em que a Abrasca será representada. A intenção da Abrasca é que as informações dos municípios só sejam publicadas no sistema fiscal.

Por outro lado, as companhias estão muito preocupadas com o impacto nos custos para atender a todos os requisitos do sistema. Algumas empresas calculam em algo superior a R\$ 100 milhões até 2010. As mudanças principais serão nos sistemas de informações internos, nos processos das empresas e na criação de departamentos ou de funções específicas para atender a todos os requisitos do SPED.

A Abrasca realizou *workshop* em agosto sobre o tema visando esclarecer as companhias associadas. Os coordenadores da Receita Federal do Grupo de Trabalho do SPED ministraram palestras sobre o sistema.



CANC ANALISA PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EM ESTUDO NO CPC

A CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis - da Abrasca desenvolveu intensa atividade, em 2007, no exame de procedimentos técnicos em preparação no CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Assim, foram detidamente examinados e oferecidos comentários e sugestões sobre os seguintes temas: Contratos de Construção e Concessões; Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

PRONUNCIAMENTO SOBRE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em final de 2003, a Abrasca encaminhou à CVM proposta de alterações na Deliberação CVM nº 28/86 e na Instrução CVM nº 247/96 e não obteve resposta. O objetivo principal da proposta, em síntese, era determinar que as variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e controladas no exterior não permanecessem no resultado, sendo lançadas diretamente em conta especial de patrimônio líquido.

Em outubro de 2005, o presidente da Abrasca, Alfried Plöger, fez a entrega da proposta ao presidente do Ibracon, Edison Arisa Pereira, que se comprometeu a examiná-la, em sua Comissão Nacional de Normas Técnicas.

Em julho de 2006, a Abrasca e o Ibracon realizaram reunião conjunta que definiu a constituição de uma força-tarefa para atualização da minuta de Deliberação, para posterior encaminhamento do documento à CVM.

Com a constituição do CPC, a tarefa de emitir pronunciamentos contábeis passou a ficar sob sua responsabilidade. Para agilizar o processo de identificação dos pronunciamentos mais prementes, o CPC propôs que as entidades participantes enviassem uma relação com os projetos contábeis, em ordem de prioridade ou de importância, para análise da Coordenadoria Técnica. A partir das relações dos projetos contábeis enviados pelas entidades foi construída uma agenda técnica única.

A Abrasca listou como prioridade a aprovação da minuta de Instrução definindo os procedimentos técnico-contábeis a serem adotados pelas companhias abertas no tocante à variação cambial de investimentos societários em sociedades controladas ou coligadas sediadas no exterior.

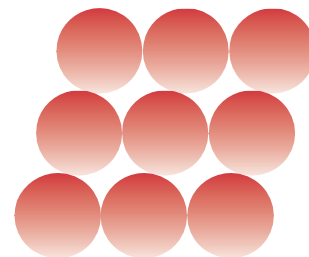
Nasceu assim o Pronunciamento Técnico CPC-02 sobre os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

MANUAL, TERMO DE COMPROMISSO E SELO CONTRA VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Abrasca lançou o Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes visando fornecer subsídios às companhias para facilitar a administração dessa questão e gerar maior segurança para o investidor.

O Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes, que teve a colaboração das advogadas Maria Isabel Bocater e Anna Carla Rossetti, do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados Associados, foi lançado em um café da manhã, em julho de 2007, com a presença do presidente da CVM, Marcelo Trindade. A minuta foi anteriormente apreciada pelas entidades do mercado, notadamente Anbid, Ancor, Apimec/RJ, Apimec/SP, Apimec/MG, Apimec Nacional, Bovespa, IBGC, IBRI e CODIM. Também foram preparados um selo e um termo de compromisso a ser subscrito pelas companhias associadas que optarem por adotar as práticas recomendadas no Manual.

As seguintes companhias aderiram ao Manual: Banco Itaú Holding Financeira, Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., Perdigão S.A., Suzano Petroquímica S.A., Souza Cruz S.A., Sadia S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., TOTVS S.A., Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Unibanco Holding S.A., Tractebel Energia S.A., Dixie Toga, Duratex S.A., Banco do Brasil S.A., SLC Agrícola S.A. e Energisa S.A.. Outras empresas estão em processo de análise do Manual para posterior adesão.



RECOMENDAÇÃO CONJUNTA ANBID/ABRASCA

O presidente da CVM, Marcelo Trindade, solicitou a colaboração da ABRASCA para sugerir medidas para evitar o vazamento de informações ao mercado.

A preocupação resulta do aumento do número de casos dessa natureza ocorridos em espaço exíguo de tempo em 2006. A experiência internacional demonstra que o aumento desse tipo de infração se reflete diretamente na credibilidade do mercado de capitais e na precificação dos valores mobiliários, atingindo, assim, os próprios interesses das companhias abertas.

Como primeira manifestação, a ABRASCA e a ANBID realizaram uma reunião em março de 2007, para discutir objetivamente a adoção de práticas que visam coibir tais situações.

Na oportunidade, as duas entidades firmaram a Recomendação Conjunta que foi amplamente divulgada pelas entidades através de seus *mailings* e teve ampla repercussão na imprensa.

SUGESTÕES DA ABRASCA SOBRE NEGOCIAÇÃO, POR ADMINISTRADORES, DE AÇÕES DA PRÓPRIA COMPANHIA

A CVM editou a Instrução nº 449, de 15 de março de 2007, introduzindo diversas alterações na Instrução nº 358, de 03 de janeiro de 2002.

Por ocasião da audiência pública, o assunto foi amplamente debatido na COMEC – Comissão de Mercado de Capitais – e na COJUR – Comissão Jurídica – ambas da Abrasca, do que resultou relatório com comentários e sugestões no sentido de aprimorar as regras propostas, e, em especial, tornar mais claras e precisas as intenções do legislador.

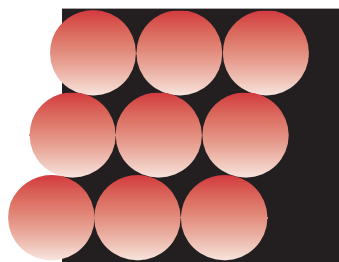
No caso da investidura de administradores, a CVM alterou a minuta de forma a permitir que as informações sobre valores mobiliários detidos pelos administradores fossem enviadas com as dos demais administradores, dez dias após o fim do mês, e não isoladamente após a investidura no cargo.

Além disso, por sugestão da Abrasca, a CVM ampliou a exceção para a compra de valores mobiliários da companhia pelos seus administradores durante o período que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais. Em lugar de autorizar apenas planos de reinvestimentos, ampliou-a para planos de investimentos previamente aprovados pela companhia.

PUBLICAÇÃO DE FATO RELEVANTE

A Abrasca recebeu, da CVM, o Ofício/CVM/SEP nº 240/2007, de 10 de julho de 2007, informando que a consulta, feita pela entidade, sobre a possibilidade de publicar fatos relevantes no BDI da BOVESPA, que é reproduzido em jornal diário de grande circulação, não pôde ser considerada.

Antes do despacho, a CVM solicitou esclarecimentos à Bovespa, que informou sobre a impossibilidade do requerido uma vez que a publicação do BDI é feita por iniciativa do jornal, sem custos para a Bolsa. O compromisso de publicação nos jornais implicaria custos que não estão nos planos da Bovespa. Assim, não havendo garantia de publicação, não seria atendida a exigência legal quanto à divulgação de fatos relevantes.



PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS EM ASSEMBLÉIAS (“PROXY VOTING”)

A Abrasca constituiu um Grupo de Trabalho destinado a identificar e buscar soluções para os problemas enfrentados, principalmente pelas companhias de controle difuso ou pulverizado, na obtenção de quórum nas assembleias de acionistas.

Foram também organizadas reuniões das quais participaram as seguintes organizações: Abrapp, Amec, Anbid, Andima, Banco Bradesco, Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Real, Bank of New York, Bovespa, Camargo, CBLC, Citibank, Costa e Silva Advogados Associados, Escritório Bocater, Eternit, IBGC, IBRI, Lojas Renner, Oi Telemar, Perdigão e Previ. A CVM acompanhou as reuniões e deu importantes contribuições.

A Revista Capital Aberto, edição de janeiro de 2008, em artigo publicado sobre a agenda do regulador para o ano que estava iniciando, divulgou os estudos da Abrasca sobre uma plataforma eletrônica para o envio de procurações de votos, evidenciando o avanço sobre o que seria para as companhias abertas, principalmente aquelas com o controle pulverizado, utilizar tal recurso e assim conseguir quórum para suas assembleias.

Os estudos do GT visam, em essência, viabilizar o acesso dos acionistas minoritários às assembleias, principalmente reduzindo o custo da presença e os trâmites burocráticos impostos.

O objetivo não é ter assembleias concorridas, mas viabilizar a presença dos minoritários na medida dos seus interesses, por exemplo, eleições de seus representantes nos Conselhos.

A intenção da Abrasca é ampliar o debate em 2008, de modo a incluir todas as companhias abertas associadas, que serão convidadas a apresentar seus pontos de vista.

A solução adequada dessas questões pode ser um diferencial positivo da legislação brasileira no mercado de capitais internacional.

CRIAÇÃO DE ÍNDICE IMOBILIÁRIO NA BOVESPA

A participação das companhias do setor imobiliário no mercado de capitais brasileiro vem crescendo exponencialmente nos últimos dois anos. Já conta com 20 empresas listadas na Bovespa, representando cerca de 36 bilhões de dólares em valor de mercado. Assim, a Abrasca acredita ser madura a discussão sobre a criação de um índice imobiliário que acompanhe a evolução deste setor.

Para viabilizar a criação do índice, foi realizada uma reunião das principais companhias do setor com o objetivo de verificar o interesse dessas empresas e, em caso positivo, colher informações que ajudariam no pleito à Bovespa.

As empresas presentes se interessaram pela criação do índice, principalmente porque ele facilitará o acompanhamento do setor no Brasil para os investidores, ampliará a sua visibilidade e facilitará maior cobertura por parte dos analistas. O índice servirá de *bench mark* para a administração de portfólio, viabilizando o aumento dos investimentos em ações nas companhias do setor.

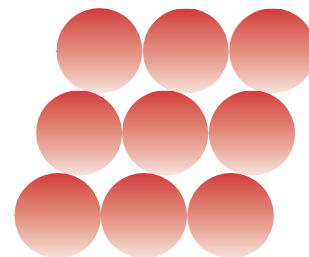
PROJETO DO PORTAL COMPANHIAS ABERTAS BRASIL

Foi concluído o planejamento e aprovado o lançamento do Portal *Companhias Abertas Brasil*, que faz parte do plano de dinamização do Anuário Estatístico como fonte de informações agregadas sobre as companhias abertas. O objetivo é reunir e divulgar o maior número possível de dados sobre as companhias abertas e o mercado de capitais.

O diferencial do *site* será a utilização de um *software*, que permite interatividade com os dados estatísticos publicados no Anuário. Com esta ferramenta, o usuário poderá cruzar os dados, gerar novas informações e apresentá-las em tabelas ou gráficos.

Os pontos relevantes da iniciativa são os seguintes:

- Criar um banco de dados exclusivo sobre as companhias abertas brasileiras.
- Dar transparência às informações agregadas das companhias abertas e divulgá-las no Brasil e no exterior.
- Gerar informações novas que garantirão presença mais constante na mídia.
- Abrir um canal importante para sondagens de opiniões e debates.
- Fortalecer a imagem institucional da Abrasca.



PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR AOS ACIONISTAS

O Conselho Diretor aprovou a realização do prêmio, por unanimidade, após amplos debates nas Comissões Técnicas e no próprio Conselho sobre a metodologia.

O prêmio obedece aos seguintes objetivos principais:

- Destacar o grande peso das companhias abertas na economia brasileira.
- Projetar a imagem do Anuário Estatístico da Abrasca.
- Registrar publicamente o alinhamento da Abrasca com os altos interesses de todos os acionistas focados na criação de valor.
- Enfatizar a importância, entre as companhias abertas, da ampliação do seu próprio valor e da criação de valor aos acionistas.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS COMPANHIAS ABERTAS 2007

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) lançou em junho a 3ª Edição do Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2007. Uma das novidades foi a divulgação do número de empregos diretos e indiretos gerados por elas. No total, foram apresentados dados sobre 373 empresas listadas em Bolsa.

O Anuário destacou as empresas que tiveram melhor desempenho em seus setores de atuação no ano de 2006. No total, nove empresas foram citadas. Outro dado que o Anuário trouxe foi a contribuição das empresas na formação do Produto Interno Bruto (PIB), da ordem de 10,7%. O volume total de ativos das companhias abertas selecionadas para este Anuário apresentou alta de 18,24% em termos reais (descontada a inflação), superando o aumento de 5,27% no ano anterior.

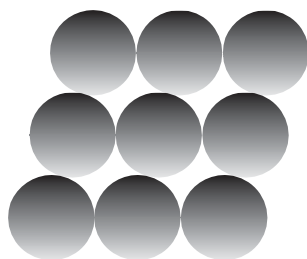
O Anuário foi lançado durante almoço para cerca de 150 convidados, representando entidades do mercado e companhias abertas associadas, realizado no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo. O evento foi conduzido pelo presidente da Abrasca, Antonio D. C. Castro.

O Conselho Editorial do Anuário Estatístico das Companhias Abertas reuniu-se pela primeira vez em dezembro, em São Paulo, para deliberar sobre a pauta da edição 2008 e apreciar a proposta de um projeto de criação do Portal Companhias Abertas Brasil, que faz parte do plano de consolidação do Anuário Estatístico como um meio para evidenciar a relevante contribuição das companhias abertas na formação da riqueza nacional.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

Como tradicionalmente ocorre, a Abrasca procurou ouvir a opinião dos associados sobre os rumos da economia no 1º e no 2º semestres de 2007, em relação aos semestres imediatamente anteriores.

De uma maneira geral, a primeira pesquisa, realizada em janeiro de 2007, indicou que as empresas estavam mais seguras em comparação com o semestre anterior, em que pesem algumas



indefinições no quadro político-econômico, como, por exemplo, o adiamento da escolha dos ministros para o 2º mandato do presidente Lula.

Assim, em relação ao 2º semestre de 2006, as empresas apontaram para uma significativa tendência de alta na demanda no setor (78%), no crescimento do PIB (71%), no emprego no País (56%), nos investimentos (68%) e no mercado de ações (Ibovespa – 85%), índice novo incluído na pesquisa, o que significa dizer que a economia caminharia com passos mais firmes.

Para confirmar essa visão mais otimista da evolução da economia no próximo semestre, as empresas achavam que o emprego no setor (54%) e os preços no setor (56%), o índice de inflação (76%) e o câmbio real (68%) deveriam apresentar uma tendência à estabilidade.

Com relação à balança comercial, as empresas revelaram mais equilíbrio na escolha da tendência, conforme demonstram as respostas indicando alta (29%), baixa (44%) e estabilidade (27%), como aliás já havia acontecido no 2º semestre de 2006.

A diferença agora é que as empresas não acreditavam na queda das exportações, achando mais provável a tendência de alta (51%) ou a estabilidade (39%), em relação ao semestre anterior.

Finalmente, maioria significativa das empresas votantes apontou para a queda dos juros reais (85%), demonstrando confiança no futuro de nossa economia.

Na 2ª pesquisa, realizada em junho de 2007, de uma maneira geral os associados demonstraram maior otimismo do que na pesquisa anterior.

Assim, demonstraram muita segurança ao indicar tendência de alta para a demanda no setor (82%), o crescimento do PIB (89%), o emprego no País (74%), os investimentos (87%) e o Ibovespa (79%). Releva destacar que, no caso dos quatro primeiros fatores acima, não houve nenhum associado que apontasse tendência de queda. Parece ser possível dizer que nenhum daqueles que responderam ao questionário tinham dúvidas de que teríamos um saudável fim de ano.

Para atestar a visão otimista, os consultados consideraram que os preços no setor (61%), a inflação (82%) e o câmbio real (53%) deveriam tender à estabilidade, enquanto 87% das empresas consultadas acharam que os juros reais deveriam cair.

Com relação aos demais itens, houve uma tendência ao equilíbrio, mas dentro da visão otimista. Assim, o emprego no setor deveria subir para 55% das empresas que opinaram e ficar estabilizado, em relação ao período anterior, para 45% delas. A balança comercial permaneceria estável para 42% das empresas, mas subiria para 32%, ao passo que as exportações deveriam continuar subindo para 50% dos entrevistados e permanecer estável para 45%.

ABRASCA NA MÍDIA

Para a Abrasca, 2007 foi um ano pródigo na comunicação. Tivemos a veiculação de 712 notícias, registrando crescimento de 39% sobre o ano anterior. A maior exposição ocorreu em veículos *on-line*, com 526 inserções, seguidos por jornais, 112, e revistas, 56. Já a mídia eletrônica (rádio e TV somados) contabilizou 18 matérias.

O total de matérias veiculadas permitiu a contagem de 40.907,2 centímetros de publicações e na mídia eletrônica (rádio e TV), um total de 51 minutos e 45 segundos durante o ano.

Dimensionada a tiragem dos veículos impressos, atingimos um público estimado de 16 milhões de leitores. Na internet o público potencial, com base nos visitantes registrados pelos respectivos *sites*, gravitou em torno de 11,5 milhões de leitores no ano.

ARTIGOS DO PRESIDENTE DA ABRASCA

Por uma governança própria ao País

Por mais globalizado que seja o mundo de hoje, regiões, países e empresas guardam especificidades que devem ser respeitadas. Legislações, regulamentos e normas raramente podem ser simplesmente passados de uma economia para a outra. Quando isso ocorre, o mais comum é que se termine convivendo com um emaranhado de regras de difícil aplicação. Ao mesmo tempo, a ausência de regras adequadas para aquela economia específica deixa seus agentes sem rumo, ou, pior, com liberdade para tomar rumos indesejáveis.

Esta é uma verdade que o Brasil precisa observar com particular atenção no que diz respeito à governança corporativa.

No País, a preocupação dominante tem outra natureza: as estruturas das empresas normalmente são pouco pulverizadas. As normas de governança devem contemplar, em última instância, a qualidade do relacionamento do controlador com os investidores e o mercado.

Um mercado cada vez mais seletivo

Nos sete primeiros meses deste ano, 46 empresas abriram o capital, iniciando as negociações de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O número, por si só, já configura um *boom* de ofertas iniciais (ou IPOs, na sigla em inglês). Em comparação ao registrado em 2006, entretanto, ele se torna bem mais significativo. Ao longo dos 12 meses do ano passado foram 26 as aberturas de capital, quantidade bastante inferior à verificada em apenas sete meses de 2007.

Além do grande número de operações de abertura de capital, destaca-se também a entrada em bolsa de empresas que atuam em setores até então ausentes do mercado de ações ou com presença reduzida. Desde que em 2004 entraram a Natura, uma companhia de cosméticos, e a Dasa, que é laboratório de análise, entraram no mercado empresas imobiliárias, bancos médios e, inclusive, do setor de turismo.

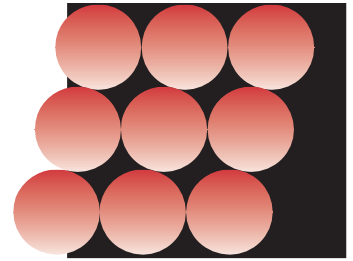
Auto-regulação é estratégica para o crescimento do mercado

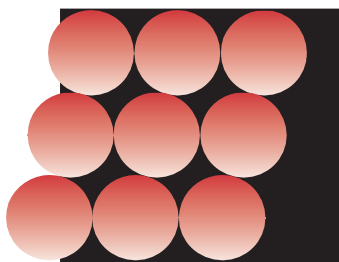
O mercado de capitais brasileiro passa por um momento decisivo para o seu futuro, em que a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação pelos participantes do setor se faz particularmente indispensável.

Justamente neste momento decisivo, em que devemos ter todo o cuidado para manter e ampliar o ânimo dos que estão investindo em ações, impulsionando toda a economia, a Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca) lançou o Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes. O Manual é acompanhado de um Termo de Compromisso para ser assinado pelas companhias associadas que decidirem adotar suas recomendações. Também foi criado um Selo de Qualidade a ser conferido a estas empresas, de maneira a dar visibilidade à adesão a esta iniciativa da Abrasca, simbolizando a adoção das melhores práticas do mercado.

O Anuário da Abrasca

O Anuário Estatístico das Companhias Abertas, uma iniciativa da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) que já se firmou como ferramenta indispensável de consulta e análise por todos os que se interessam pelo mercado de capitais e pelo mundo corporativo, está, este ano, em sua terceira edição. Ele mostra a força de um grupo de 373 empresas abertas, cuja participação no PIB é estimada em 10,7%, e permite à sociedade avaliar a importância que elas têm para o crescimento e o desenvolvimento do País.





O Anuário tem cumprido com êxito sua missão. Não somente abre informações para que integrantes do mercado, da imprensa e economistas especializados façam análises cada vez mais acuradas sobre o universo corporativo das empresas abertas, como também dá à sociedade a real dimensão deste conjunto de companhias na economia brasileira e as evidências, comprovadas pelas cifras, de que ele representa o setor econômico mais dinâmico do País.

Encontro de RI: aspectos positivos

Nos dias 18 e 19 de junho, foi realizado o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que a Abrasca e o IBRI anualmente organizam.

Desde a primeira edição, em 1998, vemos o evento crescer em qualidade e quantidade, a ponto de tornar-se o maior evento do gênero na América Latina e incorporar-se ao calendário anual daqueles que atuam no setor, atraídos pela importância dos temas discutidos, pela profundidade e oportunidade com que são tratadas as experiências e casos de sucesso, pela criteriosa escolha dos palestrantes, pela oportunidade de estabelecer contatos profissionais e conhecer ofertas de produtos e serviços.

Eventos como o nosso Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais contribuíram para romper barreiras e dogmas do passado, coroando os esforços no sentido de aprimorar e incorporar esta sólida cultura da governança corporativa na bagagem dos profissionais de Relações com Investidores e do Mercado de Capitais.

Educação é chave também no mercado

A informação é um dos mais valiosos bens do mundo atual. Quem tem informação e aprendeu a combiná-la com os sinais avançados de possíveis cenários futuros ou com as circunstâncias do presente pode melhorar as próprias chances de aproveitar as oportunidades que surjam no caminho. Passa a ter, igualmente, visão mais acurada para evitar eventuais percalços. Quem tem informação tem conhecimento.

Em qualquer época, a educação financeira do público é essencial ao crescimento sustentado de uma nação. Para a Abrasca, neste momento em particular, ela é ainda mais vital, pois com a valorização dos papéis negociados em bolsa, o público está atento ao mercado e à rentabilidade potencial que ele pode oferecer. Uma base de conhecimentos que permita a investidores ou potenciais investidores analisar adequadamente o terreno em que estão pisando abrirá caminho para decisões conscientes que levarão o nosso mercado a um novo porte, sobre pilares seguros.

O valor da continuidade

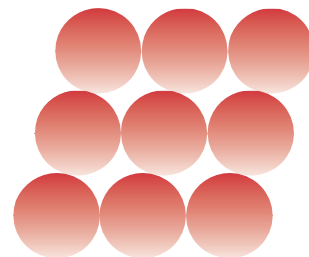
Quando muda o comando de um País, um estado, uma cidade, um ministério, um órgão público ou simplesmente de uma entidade privada, já nos acostumamos a esperar uma quebra na linha de trabalho implementada, seja ela boa ou não. Mesmo que não aproveemos este tipo de quebra quando consideramos acertado o caminho que vinha sendo seguido, geralmente vemos nisso um resultado quase inevitável das trocas de comando.

Se a voz da Abrasca é forte e distinguível entre as demais, nestas questões e naquelas que envolvem diretamente as companhias abertas e o mercado, isso seguramente se deve em grande parte à continuidade de sua linha de trabalho. Temos na entidade um compromisso firme com o crescimento e o fortalecimento das empresas, do mercado acionário e da economia. Este compromisso certamente será mantido.

Foco na criação de valor aos acionistas

Ao longo das últimas décadas, o mercado de capitais brasileiro cresceu e as companhias abertas ganharam um porte surpreendente, muitas delas já firmes no caminho da internacionalização, a despeito do cenário geralmente desestimulante em que tiveram de se movimentar no Brasil.

A Abrasca, que sempre esteve na linha de frente com as instituições e entidades que lutam pelo estabelecimento de critérios que indiquem o nível de excelência das companhias e do mercado, em todas as áreas em que isso é fundamental para estimular o setor, entende que chegou a hora de dar um passo fundamental, jogando os holofotes sobre as companhias que pensam suas trajetórias levando em conta a criação de valor aos seus acionistas. Promover este reconhecimento é uma tarefa que a Abrasca, outras instituições e entidades, e as companhias abertas podem – e, principalmente, devem – cumprir juntas.



Corrente de força para o mercado

O valor de mercado das quase 400 empresas que têm ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou 2006 em R\$ 1,5 trilhão, o maior já registrado na história do mercado brasileiro e 36,9% superior ao do ano precedente.

O ambiente mostrou-se propício o bastante para que 26 companhias ingressassem na Bolsa em 2006, o maior número de ofertas públicas iniciais desde a década de 90. Mais: 94 empresas passaram a integrar segmentos diferenciados de governança corporativa. Delas, 44 entraram no Novo Mercado, 14 no Nível 2 e 36 no Nível 1.

O que se espera das entrantes é que por sua vez engrossem as fileiras da Abrasca, de forma a que novas normas, aprimoramento de regulamentações e a abertura de mais caminhos levem a um mercado em constante atualização e fortalecimento. Temos uma coleção de belos números a exibir, números estes criados a partir do empenho de pessoas que se dispuseram a lutar pelo mercado, mas há ainda muito a ser feito. Há muito trabalho pela frente e a Abrasca conta com o apoio e o esforço das companhias recém-chegadas para ajudar a preparar o almoço do futuro.

Uma bomba-relógio bem conhecida

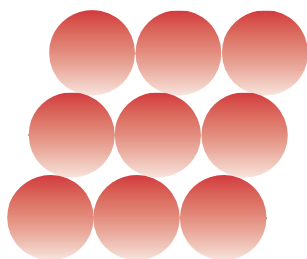
Do ano 2000 até 2006, a Previdência Social brasileira arrecadou R\$ 635,7 bilhões, ou seja, mais de meio trilhão de reais. Vista de maneira isolada, é uma bela soma. Considerando-se somente o ano passado, foram R\$ 133,1 bilhões.

Como também sabemos todos, tal montante não cobriu o que se gastou. Temos falado muito sobre o déficit a cada ano, aliás já suficientemente assustador. Para os 12 meses de 2006, por exemplo, as estimativas do governo apontam para R\$ 42,5 bilhões. Quando, entretanto, se soma cada ano do período, alcançam-se cifras que sinalizam para um quadro de desmonte das esperanças quanto a uma vida melhor para as empresas e os cidadãos, enfim, para o País.

Na pouca atenção que o PAC deu à Previdência, há pelo menos um indicativo de que, se tudo for encaminhado de forma eficiente, existe uma luz, mesmo que tênue, no fim de túnel: a criação do Fórum Nacional de Previdência Social, do qual participarão órgãos do governo, entidades de trabalhadores e de empregadores.

Questão de bom senso

A profissionalização na condução das empresas e as normas da boa governança corporativa – independentemente de já estarem, ou não, determinadas em lei e regulamentadas – abriram um



enorme campo de fatos novos. Cada um deles exige discussões em profundidade, análise de dados, cuidadosa avaliação de experiências prévias em outros países e, como o cimento de tudo, o crivo do simples bom senso.

É neste campo que se situa um dos principais debates desse momento: o tratamento a ser dado pelas empresas à questão da remuneração da diretoria.

O Brasil também precisa ter normas que explicitem a política de remuneração das companhias e os ganhos efetivos das diretorias – mas sem o exagero da individualização. A individualização nada acrescenta ao nível necessário de informações disponíveis para o investidor e o mercado e tira todo o direito de cada um de preservar sua segurança pessoal e a dos que lhe são próximos.

Os caminhos da pulverização

Hoje, pelo menos 13 empresas já fizeram ou estão em processo de fazer a transição para a situação de capital pulverizado, em diferentes gradações. De um lado, há a pulverização pura, em que a grande maioria do capital está no mercado, sem acionistas com posição relevante, casos da Renner, Eternit e Submarino. Especialistas citam a Renner como um bom exemplo de pulverização, pois tem 94,3% do capital em circulação e mais de 80% nas mãos de estrangeiros, em participações fragmentadas.

A Abrasca acompanha com interesse essas situações e procura ajudar na busca de soluções. Para tanto, constituiu o Grupo de Trabalho de Controle Difuso e Estrutura de Capital Pulverizado, do qual participam representantes de diversas empresas com interesse direto no assunto. A percepção, até o presente momento, é de que soluções adequadas venham a resultar da conjugação das regras de nosso ordenamento jurídico com a adoção de mecanismos apropriados inseridos nos estatutos sociais e de acordos de acionistas – tudo isso, naturalmente, debaixo da orientação e da fiscalização da CVM, que tem poderes para editar instruções, deliberações e pareceres de orientação.

CONTATOS COM ENTIDADES EM 2007

ABERJ: apoiou a Abrasca na realização do 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

ABRAPP: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ABVCAP: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ACSP – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

ADEVAL: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

AMEC – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITALIS: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ANBID: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual; a Abrasca divulgou os Boletins ANBID Mercado de Capitais; a Anbid e a Abrasca discutiram em conjunto problemas relativos a divulgação e uso de informações privilegiadas; apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”; a Anbid e a Abrasca emitiram comunicado conjunto sobre a adoção de medidas para coibir o uso de informações privilegiadas.

ANCOR: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”.

ANDIMA: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual; a Abrasca divulgou o Prêmio Andima de Renda Fixa que visava distinguir os melhores artigos científicos, de acadêmicos e profissionais

do ramo; apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

ANEFAC: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; o presidente Antonio D. C. Castro palestrou no seminário “O Desafio da Abertura de Capital para a Empresa e para o Executivo de Finanças, Administração e Contabilidade”, organizado pela ANEFAC.

APIMEC: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; a Abrasca apoiou o XV Curso de Introdução ao Mercado de Capitais da entidade; o vice-presidente Alfried Plöger palestrou no IV Seminário Internacional CPC São Paulo sobre a convergência das normas contábeis internacionais; apoiou o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*” e o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”.

APIMEC SP: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual, o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*” e o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”.

BANCO BRADESCO S.A.: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual; recebeu o Conselho Diretor da Abrasca, no Hotel Renaissance (SP) em junho de 2007; é signatário do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

BANCO DO BRASIL S.A.: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; é signatário do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

BANCO FATOR: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

BANCO ITAÚ S.A.: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”; participou do Grupo de Trabalho de Controle e Divulgação de informações Relevantes; é signatário do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

BANCO NOSSA CAIXA: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

BANCO SANTANDER: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; a Abrasca divulgou cursos promovidos pela empresa com descontos para associados.

BLOOMBERG: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BM&F: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

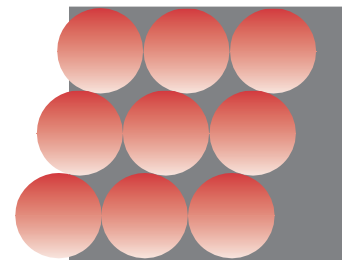
BNDES: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

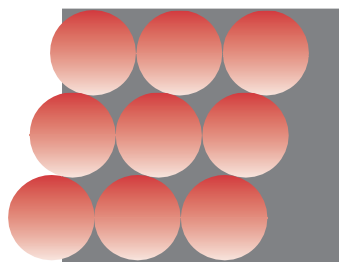
BOVESPA: apoiou os seguintes eventos: comemoração dos 35 anos e posse da diretoria; 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual; seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”; seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”; e Anuário Estatístico das Companhias Abertas; o Conselho Diretor da Abrasca realizou uma homenagem especial ao presidente da Bovespa Raymundo Magliano Filho.

BOUCINHA & CAMPOS SOTECONTI: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA: o vice-presidente da Abrasca, Alfried Plöger, palestrou no evento da entidade sobre harmonização contábil internacional.

CEMIG: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.





CETIP: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CHORUS CALL: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CIA. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO: recebeu o Conselho Diretor em abril de 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM: a Abrasca participa do Comitê Consultivo de Educação da CVM e realizou seminários organizados em conjunto com a autarquia; atendendo pedido da autarquia, a Abrasca indicou representantes para a 24ª Reunião do Grupo de Trabalho Governamental em Genebra, na Suíça; o presidente Marcelo Trindade recebeu o presidente da Abrasca, Alfried Plöger, para discutirem formas de inibir o vazamento de informações ao mercado; a Abrasca encaminhou sugestões à audiência pública sobre a Instrução nº 358/02, que trata, entre outros assuntos, da divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante, sobre minuta de instrução em audiência pública sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional e sobre a minuta posta em audiência pública sobre a desmutualização das bolsas.

COIMEX: apoiou a Abrasca na realização do 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

COPEL – COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: a Abrasca participa como membro das reuniões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e enviou sugestões para os seguintes Pronunciamentos Contábeis: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Contratos de Construção e Concessões, CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC-02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

CPFL ENERGIA: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

DELOITTE: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

DIXIE TOGA: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

DURATEX: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

ECORODOVIAS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

ECONORTE: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

ELETROBRÁS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

ERNST & YOUNG: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

FIRB – FINANCIAL INVESTOR RELATIONS BRASIL: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

GW ASSET MANAGEMENT: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

GLOBOPAR: recebeu o Conselho Diretor da Abrasca, em agosto de 2007.

GREENBERG TRAUIG: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBCPI: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais,

IBEF SP – INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual, o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o seminário "Estruturas de *Proxy Voting*".

IBMEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS: a Abrasca participou do 1º Fórum do Mercado de Capitais, organizado pelo IBMEC.

IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual, o seminário "Estruturas de *Proxy Voting*" e o seminário "Programas de Registros de Ofertas Públicas"; organizou em conjunto com a Abrasca o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; recebeu a Canc – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca no ano de 2007; o vice-presidente, Alfried Plöger, palestrou na XX Convenção dos Contabilistas.

INI: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual e o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes; apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

HOTÉIS OTHON S.A.: apoiou o almoço de homenagem ao presidente da Bovespa.

JORNAL VALOR ECONÔMICO: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

LUZ PUBLICIDADE: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

MANGELS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

PERDIGÃO S.A.: é signatário do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

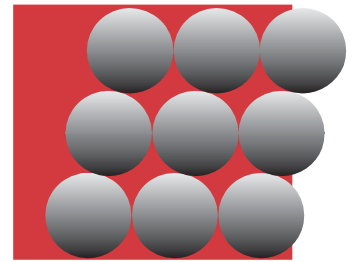
PINHEIRO NETO ADVOGADOS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas, o *workshop* sobre o SPED e o seminário "Estruturas de *Proxy Voting*"; recebeu o Conselho Diretor em janeiro de 2007.

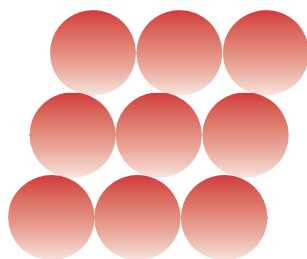
PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS: a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigo com o título "Mudar para Crescer", de autoria do coordenador do Comitê Executivo do plano, Thomás Tosta de Sá; a Abrasca é uma das entidades da sociedade civil que se reuniram para defender um conjunto de ações em prol do mercado; o conselheiro da Abrasca, Thomás Tosta de Sá, é o coordenador do Plano; a Abrasca publicou documento com as principais diretrizes do Plano Diretor do Mercado de Capitais para 2007; instalou, a pedido da Abrasca, um Grupo de Trabalho sobre desconsideração da personalidade jurídica; a Abrasca participou das reuniões do Comitê Executivo e do CODEMEC; o presidente Alfried Plöger participou de palestra no painel "Reforma Tributária para o Alto Crescimento e Fortalecimento do Mercado de Capitais" no III Encontro do CODEMEC.

PORTAL DO ACIONISTA: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

PR NEWSWIRE – UNITED BUSINESS MEDIA: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

PRICewaterhouseCOOPERS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o *workshop* sobre o SPED.





REVISTA AÇÕES E MERCADOS: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA EXECUTIVOS FINANCEIROS: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA IR MAGAZINE: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

REVISTA RAZÃO CONTÁBIL: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

REVISTA RI: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

REVISTA CAPITAL ABERTO: apoiou o Seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”.

SADIA S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

SLC AGRÍCOLA S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

SUZANO PETROQUÍMICA: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

SOUZA, CESCOP AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESH ADVOGADOS: recebeu o Conselho Diretor em novembro de 2007.

SOUZA CRUZ S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

TAM: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

TEGMA GESTÃO E LOGÍSTICA S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

TERCO GRANT THORNTON: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

THE ALTMAN GROUP: apoiou o Seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”.

THE BANK OF NEW YORK: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

THE MEDIAGROUP: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*” e o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual; promoveu o seminário “Programas de Registros de Ofertas Públicas”.

THOMSON: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

TOTAL RI: a Abrasca apoiou a realização do curso “Cultura da Companhia Aberta”, organizado pela Total RI, e o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”.

TOTVS S.A.: é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS: apoiou o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”; é signatária do Termo de Compromisso do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

VCP – VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL: apoiou o 9º Prêmio Abrasca Relatório Anual.

VEIRANO ADVOGADOS: apoiou o seminário “Estruturas de *Proxy Voting*”.

IDENTIFICAÇÃO DE ACIONISTAS ATÉ O NÍVEL DE PESSOA NATURAL (DELIBERAÇÃO CVM Nº 525)

A Deliberação CVM 525/07, entre outros pontos, exige que a empresa identifique todos os sócios que, até o nível de pessoa natural, sejam titulares de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia no formulário IAN.

Isso posto, criou-se uma dificuldade de atendimento à Deliberação por parte das companhias abertas, tendo em vista que, em alguns casos particulares não são revelados os dados desses acionistas até o nível de pessoa física quando solicitados pelas empresas. O principal exemplo disso é a dificuldade de identificação dos cotistas de fundos internacionais e clubes de investimento, seja por motivos regulatórios internos e regras de sigilo dos dados, ou, até mesmo, por vontade do cotista que não deseja revelar sua identidade, embasado por essas mesmas regras.

A Abrasca recebeu 22 manifestações de companhias associadas com dúvidas a serem encaminhadas para a CVM sobre como atender a Deliberação. Essas dúvidas foram compiladas e enviadas para as Comissões para análise e recomendações. Porém, após o recebimento de críticas e sugestões, além do surgimento de outras dúvidas, percebeu-se a dificuldade de se compilar e, eventualmente, deixar de incluir algum ponto de alguma empresa.

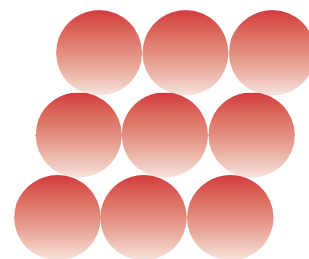
Em dezembro de 2007, a pedido da Abrasca, foi realizada uma reunião na CVM para debater dúvidas levantadas pelas associadas da Abrasca sobre algumas determinações da Deliberação CVM nº 525/2007.

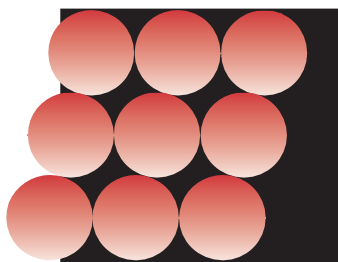
Da parte da CVM, estavam presentes a presidente Maria Helena Santana, os diretores Sergio Weguellini e Marcos Barbosa Pinto, a superintendente de Relações com Empresas, Elizabeth Machado, e os funcionários Marcelo Sampaio Marques e Cláudia Hasler.

Da parte da Abrasca, o presidente Antonio D.C. Castro, os membros da COJUR Elaine Palmer (Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados), Teresa Cristina Marcondes (Unibanco) e Michel Galho (Lojas Renner S.A.), além do superintendente geral da Abrasca, Eduardo Lucano da Ponte.

Foram expostas as questões levantadas por nossas associadas relativamente ao cumprimento da citada Deliberação. Um extenso documento foi entregue à CVM, para permitir a discussão, o mais amplamente possível, do assunto, no sentido de minimizar possíveis impactos na interpretação da referida Deliberação.

A autarquia compreendeu a dificuldade de atendimento da Deliberação por parte das companhias e manifestou que a Deliberação não tem intenção de cercear a continuação dos negócios das empresas e sim tentar garantir realmente maior transparência e conhecimento das companhias pelo mercado. Fez, ainda, comentários sobre a linha de esclarecimentos que deverá adotar, o que atende, na avaliação dos representantes da Abrasca, as principais preocupações das companhias sobre a Deliberação.





REGISTRO AUTOMÁTICO DE OFERTAS PÚBLICAS

Visando ao contínuo desenvolvimento institucional do mercado de capitais brasileiro, a Abrasca incluiu, no seu programa de trabalho, estudos sobre programas de registro de ofertas. Em seminário realizado em junho de 2007, foram examinadas idéias de programas especiais de registro conforme o perfil do emissor e do investidor, com o objetivo de ampliar a agilidade e facilitar os processos, dotando o mercado brasileiro de novos instrumentos.

A idéia é facilitar as emissões de empresas com um valor de mercado relevante e que necessitam de mais agilidade em suas ofertas. Essa proposta poderia trazer um aumento no número de instrumentos para capitalização das empresas brasileiras. As companhias maiores e bem conhecidas, no Brasil, não deveriam passar por todo o processo burocrático para a obtenção do registro de suas ofertas públicas, a exemplo dos mecanismos já existentes no mercado americano, que poderiam ser adaptados à realidade brasileira. A idéia é que essas companhias mantenham à sua opção, permanentemente, uma qualidade de informação com nível de prospecto à disposição do mercado. Assim, obteriam registro automático de suas ofertas.

Em dezembro de 2007, foi realizada em São Paulo uma reunião do Comitê de Valores Mobiliários da Andima sobre reformulação das instruções CVM nºs 202 e 400. Na ocasião, a Abrasca fez uma breve exposição sobre o tema “Programas de Registro segundo o Perfil do Emissor”, que abordou o registro automático de ofertas públicas.

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

O Plano Diretor, iniciado em 2001, foi uma excelente plataforma do mercado de capitais de comunicação com os, então, candidatos à presidência da República.

Entre as principais realizações do Plano podemos citar, entre outras, as medidas pró-mercado adotadas no atual governo, como a isenção da CPMF nas operações em bolsa e a redução do imposto de renda sobre ganho de capital. Entre os assuntos em andamento podemos incluir, entre outros, a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária e a “desconsideração da personalidade jurídica”.

O coordenador do Comitê Executivo apresentou uma proposta de trabalho voltada para ações específicas de desenvolvimento econômico e social que utilizassem os instrumentos do mercado de capitais: educação, aumento da participação dos trabalhadores no capital das empresas, desenvolvimento do mercado imobiliário, desenvolvimento do agronegócio, empreendedorismo, inovação e tecnologia, e mudanças na legislação.

Durante os últimos cinco anos, as ações relacionadas ao Plano Diretor do Mercado de Capitais foram integralmente apoiadas pela Bovespa, cuja abertura de capital tornou necessária a busca de outra solução para financiar a continuidade do Comitê Executivo. A Abrasca, com cerca de dez entidades, decidiu apoiar financeiramente as atividades.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – colocou em Audiência Pública, através do Edital nº 12/2007, minuta de Deliberação que altera procedimentos anteriores relacionados à abertura de processos decorrentes de infrações às normas e cominação de penas.

O assunto foi estudado pela COJUR – Comissão Jurídica da Abrasca – que apresentou sugestões e comentários visando ao aprimoramento do documento em análise.

Os principais comentários cobriram os seguintes pontos: criação da Superintendência de Processos Sancionadores (SPS), termo de acusação, rito sumário, competência da SPS, atuação da Procuradoria Federal Especializada (PFE), estabelecimento de prazos e nova definição jurídica do fato.

Em dezembro de 2007, a Instrução da CVM ainda não havia sido divulgada.

AÇÕES CONTRA INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE OS JUROS DO CAPITAL PRÓPRIO

A Abrasca desenvolveu grande esforço em prol da redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre os juros do capital próprio, já que a suposta eliminação da cumulatividade dessas contribuições resultou em hipercumulatividade tributária para os acionistas pessoas jurídicas nacionais. A Abrasca, desde o primeiro momento de promulgação da Lei nº 10.865/04, tem mobilizado seus esforços para ampliar os estudos sobre o assunto e alertar para os resultados negativos para o País.

Uma nova iniciativa está sendo estudada, pela CANC, Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca, propondo uma tributação da receita líquida de JCP (da mesma forma da tributação do ganho de capital). Assim, a primeira que paga – numa cadeia societária de vários elos – não teria dedutibilidade; a seguinte – que tem a receita e concomitante despesa por passar para a próxima – teria receita líquida nula de JCP, e assim por diante até a pessoa física que não recolhe PIS/Cofins sobre JCP.

Para fortalecer a posição da Abrasca, seriam usadas as seguintes argumentações: a proposta atende ao regime da não-cumulatividade, pois, da forma que está hoje, é visível a cumulatividade dentro da cadeia de grandes corporações; não há necessidade de o fisco editar uma nova legislação – a edição de ato declaratório/solução de consulta já seria o bastante; a carga de processos contrários ao PIS/COFINS no Judiciário seria reduzida.

POR UM SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA ÁGIL E TÉCNICO

A Abrasca tem mantido muito interesse sobre o assunto visto que um sistema de defesa da concorrência ágil e técnico é vital para os processos de reestruturação empresarial, ou seja, para o desenvolvimento das companhias, que se ressentem dos gargalos e dificuldades que podem ser criados por uma solução inadequada em casos de fusões e aquisições.

Por isso a Abrasca produziu, em 2006, um documento contendo sua posição sobre tema que foi apresentado, entre outros, ao secretário de Direito Econômico e à presidente do CADE. Foi também estabelecida uma atuação conjunta com a Confederação Nacional da Indústria com relação à tramitação legislativa do projeto que reestrutura o sistema.

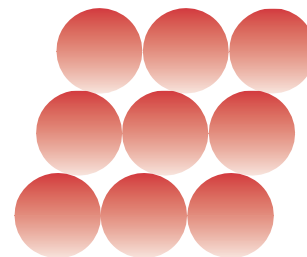
O Projeto de Lei, entretanto, sofreu importantes modificações que diminuiriam a agilidade na análise dos processos e no sigilo das informações, caso sejam aprovadas.

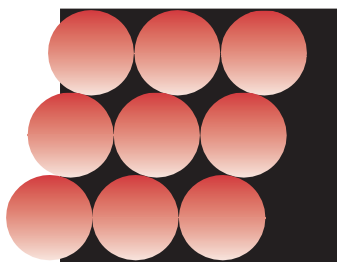
Diante disso, a Abrasca tem procurado destacar os pontos que considera mais importantes e em linha com outras entidades que fizeram propostas análogas. Os pontos levantados são os seguintes: introdução do recurso de ofício das decisões do superintendente-geral; redução da multa máxima de R\$ 2 bilhões para R\$ 5 milhões; e adoção de termo de compromisso de cessação, sigiloso e sem confissão de culpa.

COMBATE AO ABUSO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O abuso da utilização do instituto da “desconsideração da personalidade jurídica”, que tem ocorrido no Judiciário, causa apreensão. Sem notificação ao interessado, que toma conhecimento do caso, muitas vezes, quando tem suas contas bancárias sob bloqueio, antigos administradores, sócios ou procuradores de boa-fé e sem que tivessem pessoalmente qualquer responsabilidade objetiva são penhorados, o que pode dificultar e aumentar os custos de recrutamento de altos dirigentes.

O Plano Diretor criou um Grupo de Trabalho específico, do qual a Abrasca faz parte, para estudar e discutir o tema. Entre as medidas já tomadas, foi realizado um seminário com juízes dos tribunais superiores, no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, no dia 21 de agosto. Dois novos seminários, no Rio de Janeiro e em São Paulo, serão organizados.





Além disso, está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Nº 2426/03 que visa disciplinar o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica. O Grupo de Trabalho elaborou uma proposta de substitutivo a esse Projeto de Lei, com a visão das entidades participantes do Plano Diretor, e está tomando a iniciativa de submetê-la ao Senado Federal.

REUNIÃO DO ISAR

No período de 30 de outubro a 1 de novembro de 2007, o Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR) realizou sua 24ª reunião anual em Genebra, Suíça, com o objetivo de discutir e apresentar conclusões de consenso entre delegações de países-membros da ONU sobre padrões internacionais de contabilidade e a forma como são reportados.

Como vem ocorrendo em muitos anos, a Abrasca esteve representada na delegação brasileira pelo Sr. Geraldo Toffanello.

A delegação foi coordenada por Antonio Carlos Santana, da CVM, e era constituída por 14 representantes das seguintes entidades, além da Abrasca: Apimec, CVM, BC, CPC, CFC, BNDES, FUCEPE, FIPECAP, IBGC e IBRACON. Compareceram também à reunião dois representantes da Petrobras e um da Bovespa.

ABRASCA PARTICIPA DO COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO DA CVM

A Abrasca tem participado intensamente nas atividades do Conselho Consultivo de Educação, criado pela CVM para integrar esforços de diversas instituições do mercado na área de orientação e educação de investidores e demais públicos.

Em 2007, foram desenvolvidas as seguintes atividades em que a Abrasca participou com seus representantes credenciados:

- Programa TOP, que consiste em um curso para professores universitários, realizado pela 3ª vez em São Paulo.
- Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, criado para estimular a veiculação de matérias e reportagens que esclareçam as oportunidades e os riscos dos diversos investimentos disponíveis.
- Curso para magistrados, planejado no corrente ano, será realizado na EMERJ – Escola de Magistratura do Rio de Janeiro – com início previsto para março de 2008.
- Estratégia Nacional de Educação Financeira, que são estudos realizados por diversos grupos para identificar a situação da educação financeira no Brasil e definir ações para expandir esses conhecimentos. A Abrasca tem um representante atuando no GT que estuda o tema “Proteção e Educação do Investidor”, que será o capítulo 6 da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

ABRASCA NA BSM – BOVESPA SUPERVISÃO DE MERCADOS

A Abrasca mantém um representante no Conselho de Supervisão da Bovespa Supervisão de Mercados (BSM), que é uma associação civil sem finalidade lucrativa cuja função é a supervisão do cumprimento das normas do mercado pelos Participantes de Negociação e Agentes de Compensação e/ou de Custódia, atuando na Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (BVSP) e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

ABSM iniciou suas atividades em 01 de outubro de 2007, a partir da desmutualização da Bovespa e da CBLC.

O Conselho de Supervisão da BSM é o órgão encarregado de julgar recursos contra penalidades aplicadas pelo diretor de Auto-Regulação BSM, julgar recursos contra penalidades aplicadas pela BVSP e CBLC e julgar as reclamações dirigidas ao Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP).

O Conselho tem onze conselheiros, entre eles Eduardo Lucano da Ponte, superintendente geral da Abrasca.

AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS

Projeto de Lei 32/99 – EMENTA: Cria balanço social para as empresas que menciona. RESUMO: Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. ANDAMENTO: Em 29/05/2007, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda. POSIÇÃO DA ABRASCA: Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias. A Abrasca é contra.

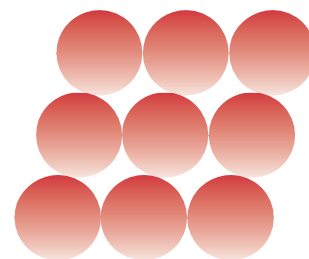
Projeto de Lei 2.550/00 – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes a participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. RESUMO: Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. ANDAMENTO: Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando retorno. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/523/05. POSIÇÃO DA ABRASCA: Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional, portanto inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo. A Abrasca é a favor com alterações.

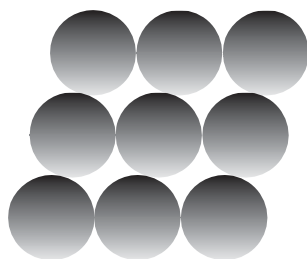
Projeto de Lei 2.814/00 – EMENTA: Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo oitenta por cento do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou cem por cento do patrimônio líquido, nos demais casos. Na hipótese de oferta pública a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. RESUMO: Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. ANDAMENTO: Em 24/03/03, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/03/03, Letra A, PÁG. 8.965, COL 02. POSIÇÃO DA ABRASCA: A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários, é ineficaz e contraproducente e precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma pelo qual se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 5.672/01 – EMENTA: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais. Estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações. RESUMO: Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. ANDAMENTO: Em 26/04/2007, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. POSIÇÃO DA ABRASCA: Intervenção autoritária e violenta sob atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver esta questão. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 7.244/02 – EMENTA: Incluindo como crime contra o mercado de capitais a inserção de elemento falso em demonstrativo contábil de companhia aberta. RESUMO: Criminaliza elemento falso em demonstração contábil de companhia aberta. ANDAMENTO: Em 31/01/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. POSIÇÃO DA ABRASCA: As Companhias já têm responsabilidade legal sobre as demonstrações. A Abrasca não tem posição firmada ainda sobre o tema.

Projeto de Lei 896/03 – EMENTA: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 140 da Lei 6.404, para assegurar a participação dos trabalhadores na gestão das empresas regidas pela Lei Societária. RESUMO: Obriga a eleição de um Conselheiro de Administração pelos empregados. ANDAMENTO: Em 31/01/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. POSIÇÃO DA ABRASCA: O projeto exacerba conflitos de interesses, já que os trabalhadores são apenas uma das partes interessadas nas empresas. O projeto precisa de reformulação. A Abrasca é contra.





Projeto de Lei 1.129/03 – EMENTA: Revoga dispositivos que isentam do imposto de renda os lucros de dividendos distribuídos aos sócios acionistas. RESUMO: Cria IR fonte sobre dividendos. ANDAMENTO: Em 24/05/2003, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Ao Arquivo – Memorando nº 113/06. POSIÇÃO DA ABRASCA: O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 2.457/03 – EMENTA: Aumenta para 90% (noventa por cento), pelo menos, o preço mínimo a ser pago pelas ações com direito a voto que não integram o “bloco de controle” de companhia aberta. Dispõe que a indicação de nomes de candidatos a membros do Conselho de Administração seja feita pelos acionistas minoritários que detenham maior participação no capital social. RESUMO: Aumenta o *tag along* de 80% para 90%, e dá aos minoritários poder de indicar candidatos ao Conselho de Administração. ANDAMENTO: Em 31/01/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. POSIÇÃO DA ABRASCA: A matéria foi objeto de alteração pela Lei 10.303 há 5 anos. A lei societária é o marco regulatório fundamental do mercado acionário, e não deve ser alterada com frequência. Atribui maior poder à minoria contrariando a essência do sistema em que se baseiam as sociedades por ações. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 137/04 – EMENTA: Criação, valor, limite máximo, consumo, gastos pessoais, pessoa física, utilização, renda mensal, dependente, definição, cálculo, renda per capita, (IBGE), aplicação de recursos, excedente, caderneta de poupança, empréstimo compulsório, Banco do Brasil, (CEF), penalidade, infrator, multa, inclusão, cadastro, dívida pública, prazo, parcelamento, devolução, recursos financeiros, critérios, saque, contas, morte, titular, aquisição, casa própria, doença grave. Criação, Conselho Nacional, Poupança, vinculação, Presidência da República, composição, competência, aprovação, aplicação de recursos. RESUMO: O projeto cria um limite máximo de consumo. ANDAMENTO: Em 31/01/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. DCD de 01/02/07, PÁG. 358, COL. 01. Suplemento A ao Nº 21. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra o projeto.

Projeto de Lei 368/05 – EMENTA: Altera o parágrafo único do art. 81 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”. RESUMO: Os membros do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional passam a ser designados pelo Presidente da República, e não mais pelo Ministro de Estado da Fazenda, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez. ANDAMENTO: Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA. Instalada a Comissão. Redistribuído ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório.

Projeto de Lei 4.765/05 – EMENTA: Altera a legislação tributária, dispõe sobre a apuração do imposto de renda pelo lucro presumido, e dá outras providências. RESUMO: Atualizando os valores do limite de receita para a apuração do lucro presumido e aumentando a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio. ANDAMENTO: Em 31/01/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. POSIÇÃO DA ABRASCA: O projeto agrava a iniquidade tributária contra investimento produtivo mediante subscrição de ações, tornando-o tributariamente mais oneroso do que já é em relação à captação de recursos via instrumento de dívida. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 5.877/05 – EMENTA: Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. RESUMO: Reestruturando o SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que será formado pelo CADE e pela SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico, revogando dispositivos da Lei nº 8.884, de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência). ANDAMENTO: Em 12/03/2007, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-53/2007. POSIÇÃO

DA ABRASCA: A Abrasca apresentou propostas para melhorar a rapidez e a eficiência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A Abrasca é a favor do projeto com modificações.

Projeto de Lei 214/06 – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. **RESUMO:** O projeto amplia o escopo do dispositivo da Lei societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. **ANDAMENTO:** Em 24/12/2007, ATA-PLEN – Subsecretaria de ATA – Plenário. Situação: Aguardando interposição de recurso. Leitura do Parecer nº 1.348, de 2007-CAE, Relator: Senador Adelmir Santana, concluindo favoravelmente à matéria. Anunciado o recebimento do Ofício nº 239, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da presente matéria. Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário. À SCLSF. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos, que são direitos estabelecidos em estatuto para os acionistas das companhias.

Projeto de Lei 961/07 – EMENTA: Dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e altera os arts. 27-D e 27-F da Lei nº 6.385/76. **ANDAMENTO:** Em 05/09/2007, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Retirado de pauta pelo Relator Dep. Wellington Fagundes (PR-MT). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto tem alguns equívocos básicos, a começar pelo fato de que se baseia numa instrução que a CVM revogou, qual seja, a Instrução 31, hoje substituída pela 358. Ademais, o conceito de incluir na lei normas que devem ser flexíveis o suficiente para se adaptarem às circunstâncias do mercado parece altamente inconveniente.

MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO: VOLATILIDADE X ESTABILIDADE

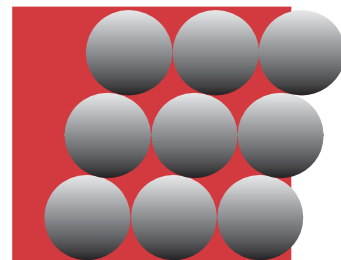
O presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, participou do 1º Fórum do Mercado de Capitais, realizado no dia 5 de setembro de 2007, no auditório da Bovespa, em São Paulo.

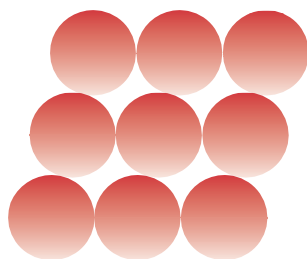
O evento foi organizado pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – cujo presidente, ministro João Paulo dos Reis Velloso, fez o pronunciamento de abertura enfatizando “a oportunidade para a realização de debate amplo e transparente, objetivando a avaliação do desempenho do mercado de capitais na sua missão de mobilizar recursos de poupança e de financiar a economia”.

O presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, participou do 2º painel, cujo tema era “A visão das empresas que se financiam no mercado de capitais: aspectos positivos, destinação dos recursos, obstáculos, propostas”.

Na oportunidade, o presidente Castro apresentou um estudo realizado pela Abrasca comparando o Ibovespa ao principal índice americano, o Dow Jones Industrial Average, e os PIBs dos dois países. Os cálculos foram feitos em dólares norte-americanos, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos E.U.A.

Um exame detalhado do funcionamento do mercado de capitais brasileiro, de forma a identificar seus pontos fracos e o que precisa ser feito para eliminá-los ou minimizá-los, mostra-se particularmente importante nos períodos de grande valorização dos papéis nele negociados. O que todos os *players* do mercado desejam é que a valorização da Bolsa seja efetivamente sustentável. Para que possamos vir a construir um nível de resistência básica a eventos internos e externos desfavoráveis, sem aprofundá-los – como tem ocorrido ao longo da nossa história – devemos começar nos debruçando sobre os dados gerados pelo mercado brasileiro desde que passou a dispor de um arcabouço regulatório e institucional mínimo, a partir do qual pôde avançar, em meados dos





anos 60. A análise de 40 anos de dados e a comparação deles com os do mercado americano podem nos dar o diagnóstico dos principais males do nosso mercado e apontar para as iniciativas necessárias a combatê-los.

O estudo constatou que o Ibovespa teve uma valorização média anual de 9,2%, enquanto o Down Jones atingiu a média de rentabilidade anual de 2,1%. No mesmo período, a economia brasileira expandiu-se, em média, 4,3% ao ano, enquanto a norte-americana crescia, na média anual, 3%.

O estudo concluiu que, tanto em relação aos nossos problemas macroeconômicos quanto ao mercado de capitais, a volatilidade é a responsável por formar um ambiente de incertezas que desestimula investimentos diretos ou aplicações no mercado.

COMEMORAÇÃO DOS 35 ANOS DA ABRASCA E POSSE DA NOVA DIRETORIA

A cerimônia de comemoração dos 35 anos da Abrasca, realizada juntamente com a posse da Diretoria para o biênio 2007/2009, foi encerrada pelo presidente do BNDES, professor Luciano Coutinho, com palavras de confiança na expansão da economia e do mercado de capitais brasileiro em 2008.

Segundo Coutinho, o BNDES vai utilizar-se do mercado de capitais para financiar o crescimento da demanda por novos investimentos no País, não somente por meio da emissão de ações, como também de outros tipos de captação, como as debêntures e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Na sua opinião, o mercado irá ajudar direta e indiretamente a financiar os projetos das empresas, diante da aceleração da taxa de investimentos, que deve chegar a 21% do PIB, em 2009. Para o corrente ano, a projeção é de 17,5%.

Na mesma cerimônia, a nova Diretoria assumiu seus postos para o biênio 2007/2009. O ex-presidente Plöger, que recebeu merecida homenagem pelos dez anos de atividades à frente da Associação, fez emocionado discurso de despedida, tecendo agradecimentos ao superintendente geral, Eduardo Lucano da Ponte, e à sua equipe. Desejou sucesso ao futuro presidente Antonio Castro e ao 1º vice-presidente Frederico Gerdau e agradeceu o apoio dos associados nos 10 anos de gestão à frente da Abrasca, motivando-o sempre a continuar. Agradeceu também às Comissões da Abrasca pelo altíssimo nível de seus membros e por ser a base para a tomada de decisões da entidade. Por fim, agradeceu às outras entidades de classe em que pesa a maturidade nas discussões de diversos temas.

O presidente eleito Antonio Castro fez pronunciamento enaltecendo o trabalho desenvolvido por 10 anos consecutivos por seu antecessor, Alfred Plöger, e afirmou sua intenção de manter a linha de ação seguida pela Abrasca.

CONSELHO DIRETOR HOMENAGEIA PRESIDENTE DA BOVESPA

Em novembro de 2007, o Conselho Diretor da Abrasca realizou uma homenagem especial ao presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, no Leme Othon Palace, no Rio de Janeiro, com apoio de nosso associado Hotéis Othon S.A.

O presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, fez um balanço das atividades em 2007 e agradeceu a presença dos jornalistas convidados, enaltecendo a maneira sóbria e correta com que fizeram a cobertura do mercado de capitais no ano que está findando.

O presidente de Hotéis Othon S.A., Alvaro Bezerra de Mello, também conselheiro da Abrasca, disse, no início do evento, algumas palavras de saudação aos presentes, afirmando que recebia com satisfação, pela 2ª vez, o Conselho da Abrasca, agora na unidade da sede completamente reformada para atender executivos de empresas: o Leme Othon Palace.

O presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, após receber uma placa de prata registrando a homenagem, proferiu palavras de agradecimento e teceu considerações sobre a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais, iniciativa da Bovespa para estimular investimentos em projetos nas áreas social e ambiental.

ITAÚ E BM&F VENCEM 9º PRÊMIO ABRASCA DE MELHOR RELATÓRIO ANUAL

Evento realizado no auditório lotado da Bovespa, em outubro de 2007, marcou a entrega dos prêmios aos relatórios anuais que, na opinião da Comissão Julgadora, foram eleitos os melhores de 2006.

Instituído pela ABRASCA em 1999 com o objetivo de incentivar o aprimoramento da elaboração de relatórios com maior clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações e caráter inovador, tanto na apresentação expositiva quanto no projeto gráfico, a iniciativa conta com o apoio da ABERJE, da AMEC, da ANBID, da ANDIMA, da ANEFAC, da APIMEC NACIONAL, da APIMEC SÃO PAULO, da BOVESPA, do IBEF SÃO PAULO, do IBGC, do IBRACON SÃO PAULO, do IBRI e do INI, sob a coordenação do professor Lélío Lauretti.

Na categoria “companhias abertas”, foram vencedores: 1º) Banco Itaú Holding Financeira; 2º) VCP – Votorantim Celulose e Papel; 3º) Energias do Brasil; 4º) Banco Bradesco; 5º) CPFL Energia.

Na categoria “companhias fechadas”, foram premiadas: 1º) BM&F; 2º) Camargo Corrêa; 3º) Mapfre.

A cerimônia de premiação foi conduzida pelo presidente da Abrasca, Antonio D.C. Castro, que enfatizou o empenho da Abrasca em valorizar o esforço das companhias em melhorar os níveis de comunicação com seus *stakeholders*, sendo o relatório anual uma das melhores ferramentas para atingir esse objetivo.

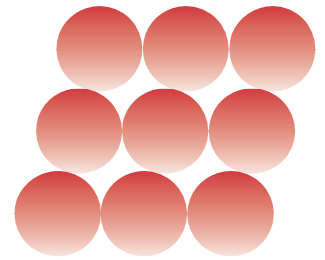
NÚMERO RECORDE DE PARTICIPANTES NO 9º ENCONTRO NACIONAL DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E MERCADO DE CAPITAIS

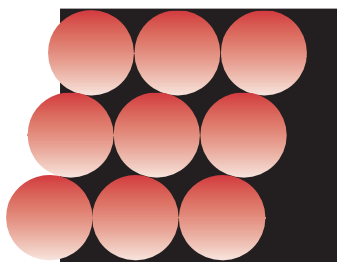
Nos dias 18 e 19 de junho de 2007, com a presença do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, foi realizado no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo, o 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que contou com a presença de mais de 700 participantes.

O 9º Encontro é, certamente, uma iniciativa vitoriosa da ABRASCA e do IBRI. Considerado o grande evento do gênero em toda a América Latina, o Encontro já faz parte do calendário anual do mercado de capitais e consta da agenda de todos aqueles profissionais que querem manter-se informados sobre os assuntos que vão prevalecer nos próximos meses.

Por ocasião de sua criação, em 1999, buscava-se aglutinar os profissionais de Relações com Investidores e integrá-los com o mundo das corporações, em torno de idéias sadias e conceitos consagrados, tais como transparência e sustentabilidade.

Foi uma árdua caminhada, disputada palmo a palmo por um grupo de entidades, tais como a ABRASCA e o IBRI, que nunca desistiram de buscar as melhores soluções para os problemas que surgiram.





EVENTOS PROMOVIDOS PELA ABRASCA

- Reunião do Conselho Editorial do Anuário Estatístico das Companhias Abertas – 06/12/07 – São Paulo;
- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2007 – 06/12/07 – São Paulo;
- Almoço de homenagem ao presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, e de confraternização com a imprensa e parceiros de 2007 – 13/11/07 – Rio de Janeiro;
- Entrega do 9º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual/Seminário sobre “Relatório Anual” – 24/10/07 – São Paulo;
- Comemoração dos 35 anos da Abrasca e posse da diretoria para o biênio 2007/2009 – 28/09/07 – São Paulo;
- Workshop sobre “SPED – Sistema Público de Escrituração Digital” – 23/08/07 – São Paulo;
- Lançamento do Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes – 06/07/07 – São Paulo;
- Lançamento do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, edição 2007 – 19/06/07 – São Paulo;
- IX Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais – 18 e 19/06/07 – São Paulo;
- Seminário “Programas de Registro de Ofertas Públicas” – 13/06/07 – São Paulo;
- Seminário “Proxy Voting” – 10/04/07 – São Paulo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2007 E DE 2006

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

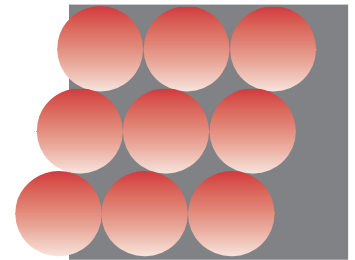
	2007	2006		2007	2006
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	15.061	21.972	Fornecedores	28.678	3.348
Aplicações financeiras	395.725	270.873	Contribuições sociais	6.710	7.272
Contribuições a receber	1.792	23.029	Obrigações tributárias	4.195	604
Imposto a recuperar	928	928	Provisão de férias	22.870	29.873
Adiantamentos de salários e outros	890	33	Cursos	17.713	
Cursos		1.200	Contribuições a apropriar	166.300	151.644
	<u>414.396</u>	<u>318.035</u>		<u>246.466</u>	<u>192.741</u>
PERMANENTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Investimentos	1	1	Patrimônio Social	157.498	141.162
Imobilizado	42.317	32.203	Superávit do Exercício	52.750	16.336
	<u>42.318</u>	<u>32.204</u>		<u>210.248</u>	<u>157.498</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>456.714</u>	<u>350.239</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>456.714</u>	<u>350.239</u>

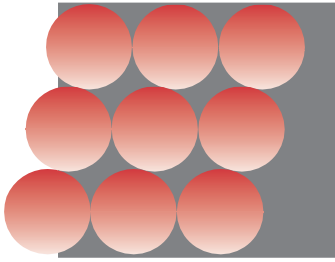
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	2007	2006
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Mensalidades	1.211.108	1.102.471
Outras contribuições	102.653	80.535
	<u>1.313.761</u>	<u>1.183.006</u>
DESPESAS ORDINÁRIAS		
Pessoal	(371.527)	(372.406)
Coordenação administrativa	(263.709)	(245.639)
Assessoria	(118.811)	(110.639)
Outras despesas administrativas	(150.406)	(118.245)
Comunicação	(69.507)	(64.574)
Viagens	(65.129)	(70.967)
Aluguéis	(70.826)	(65.363)
Manutenção e equipamentos	(27.862)	(21.934)
Depreciações	(10.444)	(9.389)
Despesas tributárias	(11.667)	(21.930)
Despesas financeiras	(6.154)	(3.513)
Receitas financeiras	57.338	77.893
Outras despesas gerais	(103.884)	(92.710)
	<u>(1.212.588)</u>	<u>(1.118.917)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com publicações	(48.423)	(47.753)
	<u>(48.423)</u>	<u>(47.753)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>52.750</u>	<u>16.336</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL** (Em reais)

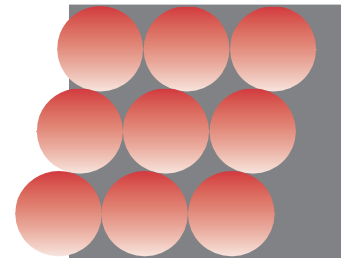
	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2005	122.546	18.616	141.162
Transferência do superávit acumulado	18.616	(18.616)	
Superávit do exercício		16.336	16.336
Em 31 de dezembro de 2006	<u>141.162</u>	<u>16.336</u>	<u>157.498</u>
Transferência do superávit acumulado	16.336	(16.336)	
Superávit do exercício		52.750	52.750
Em 31 de dezembro de 2007	<u>157.498</u>	<u>52.750</u>	<u>210.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	2007	2006
ORIGENS		
Das operações		
Superávit do exercício	52.750	16.336
Despesas que não afetam o capital circulante		
■ Provisão para perdas de investimento		1.888
■ Provisão para perdas no imobilizado		3.002
■ Depreciação	10.444	9.389
Superávit ajustado	<u>63.194</u>	<u>30.615</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>63.194</u>	<u>30.615</u>
APLICAÇÕES:		
Aumento do imobilizado	20.558	7.535
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>20.558</u>	<u>7.535</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>42.636</u>	<u>23.080</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
■ No final do exercício	414.396	318.035
■ No início do exercício	318.035	465.470
	<u>96.361</u>	<u>(147.435)</u>
Passivo circulante:		
■ No final do exercício	246.466	192.741
■ No início do exercício	192.741	363.256
	<u>53.725</u>	<u>(170.515)</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>42.636</u>	<u>23.080</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2007 E DE 2006 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Associação:

- Colaborar com os poderes públicos competentes, no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas;
- Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais, no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos;
- Participar, junto à Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades;
- Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas;
- Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas;
- Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais, no país e no estrangeiro;
- Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais;
- Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, junto aos órgãos públicos do país ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais;
- Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo junto a empresas não associadas e ao público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Associação;
- Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Associação;
- Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos, os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras da Contabilidade, notadamente a NBC T 10 – dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item 10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária lei nº 6.404/76 alterada pela lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Regime de apuração do resultado

A Associação utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

3.2. Ativo e passivo circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são calculados com base na taxa efetiva de aplicação e registrados em conta de receitas financeiras.

3.4. Permanente

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

4. CAIXA E BANCOS

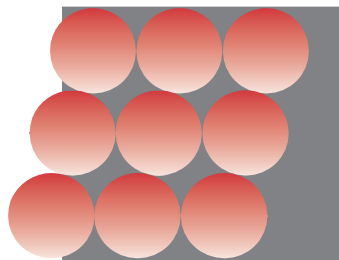
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	669	
Bradesco S.A. – Rio de Janeiro	11.939	9.453
Banco do Brasil – São Paulo	(8)	70
Bradesco S.A. – São Paulo	2.396	12.376
SAFRA S.A. – Rio de Janeiro	65	73
	<u>15.061</u>	<u>21.972</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fundos de aplicação financeira		
■ Safra S.A.	288.791	167.521
■ Concórdia	79.086	65.806
■ Sudameris do Brasil S.A.	21.197	19.207
■ Bradesco S.A. - São Paulo	6.494	16.467
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	157	1.872
	<u>395.725</u>	<u>270.873</u>

6. IMOBILIZADO

			<u>2007</u>	<u>2006</u>
	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Imobilizado líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10%	51.585	(44.748)	6.837
Computadores e acessórios	10% e 20%	151.359	(119.786)	31.573
Móveis e utensílios	10%	15.392	(12.434)	2.958
Software	20%	3.933	(3.285)	648
Instalações	10%	8.507	(8.206)	301
Direito de uso de telefone		16.304		16.304
		247.080	(188.459)	58.621
Provisão para perdas - telefone		(16.304)		(16.304)
		<u>230.776</u>	<u>(188.459)</u>	<u>42.317</u>
				<u>32.203</u>

**7. FORNECEDORES**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outras contas a pagar	25.528	3.348
Valores a regularizar	3.150	
	<u>28.678</u>	<u>3.348</u>

8. CURSOS

	<u>2007</u>
Cursos de atividades especiais:	
Receitas	61.510
Despesas	(43.797)
	<u>17.713</u>

A partir do exercício de 2004 as receitas como as despesas dos cursos passaram a ser controladas em conta de passivo registrando as contribuições e os custos de cursos, seminários e atividades especiais.

9. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outras contribuições	166.300	151.644
	<u>166.300</u>	<u>151.644</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidos antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**10.1. Patrimônio social**

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício aprovados pela Assembléia Geral, as doações de bens patrimoniais e os ajustes decorrentes de retificação de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores não atribuídos a fatos subsequentes.

10.2. Superávits acumulados

Registra o valor do superávit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

11. RECEITAS ORDINÁRIAS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mensalidades	1.211.108	1.102.471
Outras contribuições	102.653	80.535
	<u>1.313.761</u>	<u>1.183.006</u>

Registra as contribuições dos associados referentes a cursos, eventos, seminários, e outras atividades promovidas pela Associação.

12. PESSOAL

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Salários	(114.464)	(131.030)
INSS	(48.736)	(46.630)
FGTS	(18.002)	(23.936)
Gratificações	(10.565)	(5.604)
Anuênios	(5.709)	(7.214)
13º Salário	(13.603)	(13.765)
Férias	(14.634)	(11.923)
Assistência médica	(84.633)	(85.106)
Vale transporte	(15.638)	(15.483)
Auxílio refeição	(18.290)	(15.057)
Outros	(27.254)	(16.659)
	<u>(371.527)</u>	<u>(372.406)</u>

13. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Associação no montante de R\$ 263.709 em 2007 e de R\$ 245.639 em 2006.

14. ASSESSORIA

Registra os gastos com assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação no montante de R\$ 118.811 em 2007 e de R\$ 110.140 em 2006.

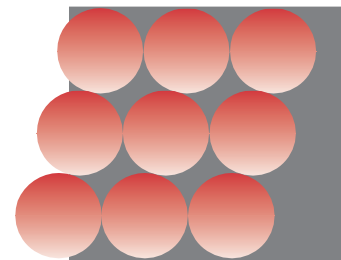
15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Assessoria tributária	(17.615)	(15.300)
Assessoria jurídica	(55.392)	(48.084)
Assessoria CRSFN	(6.719)	(7.290)
Coordenação de eventos	(23.500)	(15.625)
Processamento de dados	(23.680)	(24.446)
Assessoria econômica	(7.500)	
Outros	(16.000)	(7.500)
	<u>(150.406)</u>	<u>(118.245)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à administração da Associação.

16. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Almoço e reuniões	(23.938)	(9.132)
Manutenção e conservação	(15.352)	(14.573)
Luz e água	(12.594)	(10.794)
Despesas com associações	(990)	(22.561)
Serviços gráficos	(5.995)	(6.721)
Material de escritório	(8.869)	(9.894)
Transporte	(9.991)	(3.477)
Material de limpeza	(3.382)	(2.376)
Livros, jornais e revistas	(5.561)	(3.204)
Copa e cozinha	(2.934)	(2.785)
Cópias e reproduções	(639)	(2.667)
Serviços de entrega	(580)	(1.555)
Aluguel de equipamentos	(700)	
Representações		(24)
Taxas diversas	(4.257)	(4)
Outros	(8.102)	(2.943)
	<u>(103.884)</u>	<u>(92.710)</u>



17. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) CPMF

Como resultado da rejeição da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) pelo Senado Federal, a partir de 1º de janeiro de 2008 não haverá mais a incidência deste tributo sobre movimentações financeiras.

Entretanto, com o objetivo de suprir a perda de arrecadação decorrente da extinção da CPMF, a partir de janeiro de 2008 as operações de crédito, câmbio e seguro passarão a pagar uma alíquota adicional média de 0,38 p.p. a título de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mesma alíquota da extinta CPMF.

b) Alteração da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis no Brasil aos padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board*. Os eventuais impactos das alterações introduzidas pela nova lei deverão ser reconhecidos no decorrer de 2008.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e associados
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

1. Examinamos os balanços patrimoniais da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam; (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Associação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Associação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2008.

Mateus de Lima Soares – Sócio-Contador – CRC 1RJ-079681/O-0
BDO Trevisan Auditores Independentes – CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

IBDO
BDO Trevisan